INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

Outubro de 2012 / Nº 19 - Ano 09

Bolívar Lamounier

Como liquidar a fatura de 500 anos de nepotismo e o hábito de se apropriar de recursos públicos

Marcos Neder

O retorno à tributação de dividendos no Brasil e seus efeitos nocivos sobre o crescimento

Entrevista

Edney Silvestre fala de seu novo livro "A felicidade é fácil" e diz que a decência é sempre possível

Combate à sonegação

Os primeiros resultados do Sistema de Inteligência da Nota Fiscal Eletrônica

Corrupção X Desenvolvimento

O grande volume de recursos que será investido em todo o mundo clama por transparência entre público e privado

ETCO livros

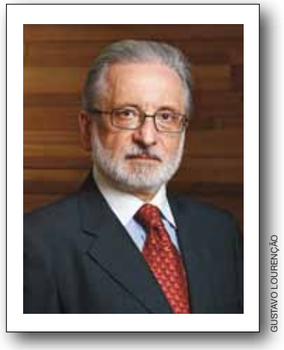
uma fonte de conhecimento sobre a ética concorrencial

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

Visite nosso site para
mais informações
www.etco.org.br

EM DEFESA DA ÉTICA E DO DESENVOLVIMENTO



GUSTAVO LOURENÇÃO

A revista ETCO está de volta depois de uma interrupção desde janeiro de 2011, quando saiu a última edição. Estamos de cara nova, com um projeto editorial moderno e mantendo firme a defesa dos princípios que são a razão de ser do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial: a ética nos negócios e nas relações entre o setor público e o privado, a luta contra a pirataria e o descaminho, e o combate à economia subterrânea como meio de vida de empresas e empreendedores que atuam nas sombras.

No ano passado, o Índice da Economia Subterrânea estimado pelo IBRE/FGV foi de 16,8% do PIB (Produto Interno Bruto), um valor de R$ 695,7 bilhões. É uma montanha de dinheiro que escapa das mãos do fisco e que deveria ser destinada a investimentos para melhorar a vida dos brasileiros.

A matéria de capa desta edição – Corrupção x Desenvolvimento – traça um retrato das práticas nocivas que cercam os negócios entre as empresas e o Estado, que foram profundamente debatidas no Seminário Internacional "O impacto da Corrupção sobre o Desenvolvimento", promovido pelo ETCO e o jornal Valor Econômico.

Regras pouco claras no relacionamento entre os setores público e privado adubam o terreno para o cultivo de práticas nocivas à concorrência, que impedem o desenvolvimento e o crescimento de qualquer nação. "A corrupção é irmã da opacidade, da falta de práticas claras e precisas, que dificultam o ambiente de negócios no Brasil", disse Cristiano Noronha, cientista político e vice-presidente da Arko Advice, um dos debatedores do Seminário.

É verdade que, na última década, houve uma visível evolução nos instrumentos para melhorar esse quadro na gestão pública. "Houve um incremento da transparência como política de estado", disse o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage. Para ele, a corrupção passou a ser reconhecida, detectada, divulgada e, em parte, punida.

As sanções, entretanto, não alcançam a todos, especialmente os corruptores, e urge aprovar o projeto de lei 6826/2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, que vai nesta direção. A impunidade, que nas palavras da ex-ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie Northfleet, representa "um déficit de sentimento democrático", gera na população o descrédito e a repulsa aos políticos e às instituições. Isso se manifesta no voto desatento e descomprometido. Com as eleições batendo às portas é hora de os eleitores escolherem com cuidado aqueles que irão representá-los nas Câmaras Municipais e os prefeitos que administrarão suas cidades.

Boa leitura!

Roberto Abdenur
Presidente Executivo do ETCO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO

Presidente Executivo
Roberto Abdenur

Diretora Executiva
Heloisa Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Hoche Pulcherio

Titulares
Alexandre Esper, Antônio Britto, Leonardo Gadotti Filho, Paulo Clóvis Ayres Filho, Victório De Marchi

Suplentes
Eduardo Paranhos Montenegro, Fernando Luiz Mendes Pinheiro, Leocadio Antunes, Milton Seligman, Valdomiro Rodrigues, Vasco Luce

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente
Marcílio Marques Moreira

Conselheiros
André Franco Montoro Filho, Aristides Junqueira, Carlos Ivan Simonsen Leal, Celso Lafer, Everardo Maciel, Gonzalo Vecina Neto, Hamilton Dias de Souza, João Roberto Marinho, José Luiz Alquéres, Jorge Raimundo Filho, Luiz Fernando Furlan, Maria Tereza Sadek, Roberto Faldini, Tercio Sampaio

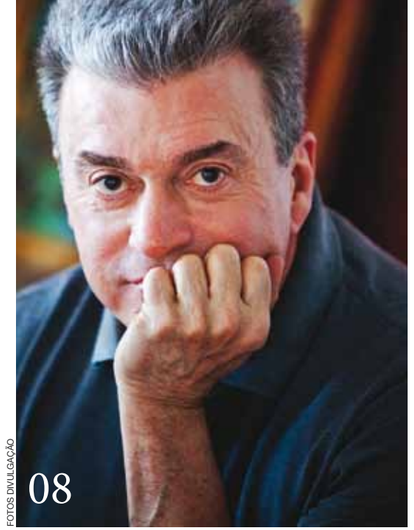
Associados ETCO
Philip Morris International, Souza Cruz, Sindicom, Ambev, Microsoft, Coca-Cola, Pepsi, Cristália, Eurofarma, Interfarma, Medley.

REVISTA ETCO

Editoras: Mara Luquet e Sandra Balbi
Projeto Editorial
Letras & Lucros
Projeto Gráfico
Ruby de Goede
Direção de Arte:
Geraldo Moura
Colaboraram nesta edição
Textos: Bruany A.Bianchi e Janes Rocha
Fotos: Gustavo Lourenção, Marilia Lia, Marisa Cauduro e Arquivo ETCO
Ilustração: Zeca de Carvalho
Tratamento de Imagens: Carlos Leite

A revista ETCO é uma publicação da Letras & Lucros, sob licença do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial — ETCO

Redação
Rua Viradouro, 63 - 6º andar - São Paulo - SP
CEP 04538-110
Telefone: +55 11 30781716
www.etco.org.br



FOTOS: DIVULGAÇÃO

08

32

Índice

04 Editorial
Em defesa da ética e do desenvolvimento

06 Curtas
Notas e Agenda

08 Entrevista
O jornalista Edney Silvestre fala sobre seu novo livro "A felicidade é fácil" e diz que a decência é possível

20 Capa
Corrupção x Desenvolvimento
As práticas nocivas entre o setor público e o privado revelam um déficit de sentimento democrático e atrasam o país

EM CENA

14 Combate à sonegação
Os primeiros resultados do Sistema de Inteligência da Nota Fiscal Eletrônica

18 Manifestação do destinatário
De olho na emissão de NF-e para evitar o uso indevido dos dados cadastrais de empresas idôneas

32 Índice de Economia Subterrânea
Desde que começou a ser analisado em 2003, o IES, uma estimação do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) feita para o ETCO, vem caindo

COLUNISTAS

34 Bolívar Lamounier
Um passado de corrupção o Brasil tem. E o futuro, como será?

38 Marcos Vinicius Neder
O retorno à tributação de dividendos no Brasil e seus efeitos nocivos sobre o investimento

50 Marcílio Marques Moreira
Estado versus mercado: estéril antagonismo

RESENHA

36 Resenha
Análise do livro *Corrupção, Ética e Economia*, de André Franco Montoro Filho, conselheiro do ETCO

SETORES

40 Medicamentos
A pesada carga tributária sobre os remédios faz mal à saúde

42 Combustíveis
Jogue limpo, o ambiente agradece

44 Cervejas
Sistema brasileiro evita sonegação no setor de bebidas frias

46 Fumo
Nordeste apresenta os maiores índices na venda de cigarros ilegais

48 Tecnologia
Novas leis americanas contra a pirataria em Tecnologia da Informação atingirão infratores de outros países

FOTO DA CAPA: CORBIS/LATINSTOCK

TRIBUTAÇÃO ELEVADA ENTRAVA O DESENVOLVIMENTO

Os tributos respondem por 36% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O Presidente executivo do ETCO, Roberto Abdenur, explica que "apesar de ser vital para o país, o atual sistema tributário é considerado como um dos principais entraves para o desenvolvimento econômico". "Tributação e Negócios: Entrave ou Instrumento para o Desenvolvimento" foi o tema de encontro realizado pelo ETCO, em julho, e reuniu os tributaristas Everardo Maciel e Hamilton Dias de Souza e o Presidente do ETCO, Roberto Abdenur. Em discussão, a simplificação do sistema tributário e a regulamentação do artigo 146-A da Constituição.

Remédios sem impostos

Entidades do setor de medicamentos se articulam para conseguir a aprovação da PEC nº 115/2011 (Proposta de Emenda à Constituição), que propõe a isenção de impostos sobre medicamentos de uso humano, que hoje equivalem a 34% do preço final dos remédios. De autoria do senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina, a PEC já recebeu assinatura dos 81 senadores de todos os partidos.
Em agosto foi criada uma frente parlamentar proposta pela Abradilan (Associação Brasileira dos Distribuidores de Laboratórios Nacionais) em parceria com entidades do comércio, do atacado de medicamentos, e redes de farmácias com o objetivo de conscientizar o Poder Legislativo de que a isenção dos tributos sobre os medicamentos irá gerar benefícios para a sociedade, pois o cidadão terá mais condições de cuidar da saúde e o governo poderá reduzir gastos com tratamentos e internações.

Boas ideias

Estacionamento, ambiente acolhedor e facilidade de atendimento fizeram as lojas de conveniência crescer nos últimos 20 anos nos postos de combustíveis. Elas são um bom caminho para aumentar a rentabilidade dos empresários do setor.
No site do Sindicom (www.sindicom.com.br), um vídeo mostra que alguns empreendedores chegam a obter 40% da renda do negócio com a loja de conveniência. Com o título de "Ideas To Go", o vídeo, adaptado para o Brasil para "Ideias e Inovações", traz as cinco melhores lojas de conveniência do país, e três outros canais inovadores do mercado e muito apreciados pelos consumidores.

Corrupção no Brasil

JUSTIÇA E DEMOCRACIA

"Acho importante para as instituições brasileiras e para o público discutir como o dinheiro corrompe a justiça e a democracia. A frustração com a política e os políticos é um fenômeno global das democracias. O mercado, as grandes corporações esvaziaram a política que, por sua vez, tornou-se gerencial e tecnocrata. Faltam políticos para pensar em questões morais, éticas, de bem-estar social". *Michael J. Sandel em entrevista ao jornal* O Globo *na edição de 11 de agosto.* **Sandel é filosofo e foi eleito pela revista *Newsweek* como o estrangeiro mais influente na China devido ao curso e livro "Justiça: o que é fazer a coisa certa".**

Mulheres são maioria dos clientes de microcrédito

O aumento na renda das mulheres foi responsável por 30% da redução da pobreza na América Latina

Em um cenário no qual o número de mulheres chefes de família saltou de 1,1 milhão para 22 milhões em 10 anos, alcançando 39% dos domicílios brasileiros, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), levantamento do Itaú Microcrédito mostra o impacto dessa mudança: 62% dos contratantes do microcrédito produtivo orientado são mulheres.
Estudo do Banco Mundial confirma o aumento da participação feminina na economia nesta última década. A instituição avaliou a força econômica das mulheres e concluiu que a atuação delas no mercado de trabalho aumentou 15% no período, foi tão decisiva que ajudou na sustentação dos mercados da América Latina durante a crise financeira mundial. Segundo o órgão, esse aumento na renda das mulheres foi responsável por 30% da redução da pobreza na América Latina.

Melhora a competitividade, mas não o ambiente de negócios

O Brasil evoluiu cinco posições, atingindo o 48º lugar, no relatório de Competitividade Global 2012 do Fórum Econômico Mundial divulgado no início de setembro. "O Brasil ainda tem muito a progredir e não pode se contentar com uma evolução tão pequena. Possuímos uma comunidade empresarial sofisticada, mas que encontra dificuldades no ambiente de negócios", afirma o diretor presidente da Brasil Investimentos & Negócios (BRAiN), Paulo Oliveira. "Não é momento de comemoração, apesar da melhora", afirma o executivo.

O resultado do indicador aponta melhorias em determinadas áreas, reflexo do melhor aproveitamento do mercado interno brasileiro e das condições macroeconômicas, a despeito de ainda deter uma "elevada taxa de inflação de quase 7%". Entre as 144 economias analisadas, o Brasil está em terceiro lugar em competitividade na América Latina, atrás do Chile (33°) e Panamá (40°). Em um quadro das economias mais pujantes, o País encontra-se atrás da Alemanha (6°), Estados Unidos (7°), Reino Unido (8°), Japão (10º) e China (29°), entre outros.

UMA HOMENAGEM À DEMOCRACIA

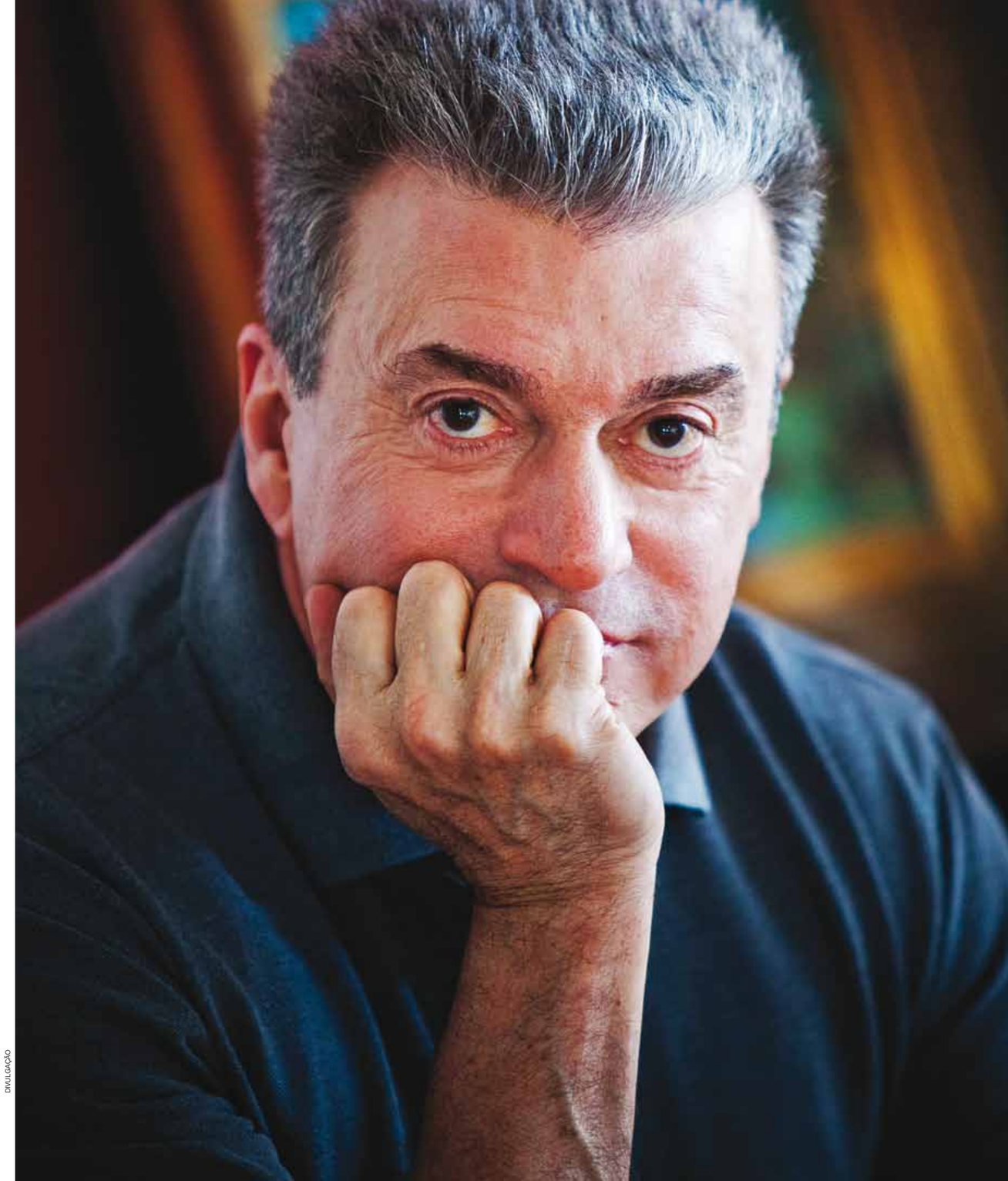
Por Janes Rocha

"A felicidade é fácil", do jornalista Edney Silvestre, é um romance político – gênero que captura a atenção por contar uma história fictícia dentro de um cenário real

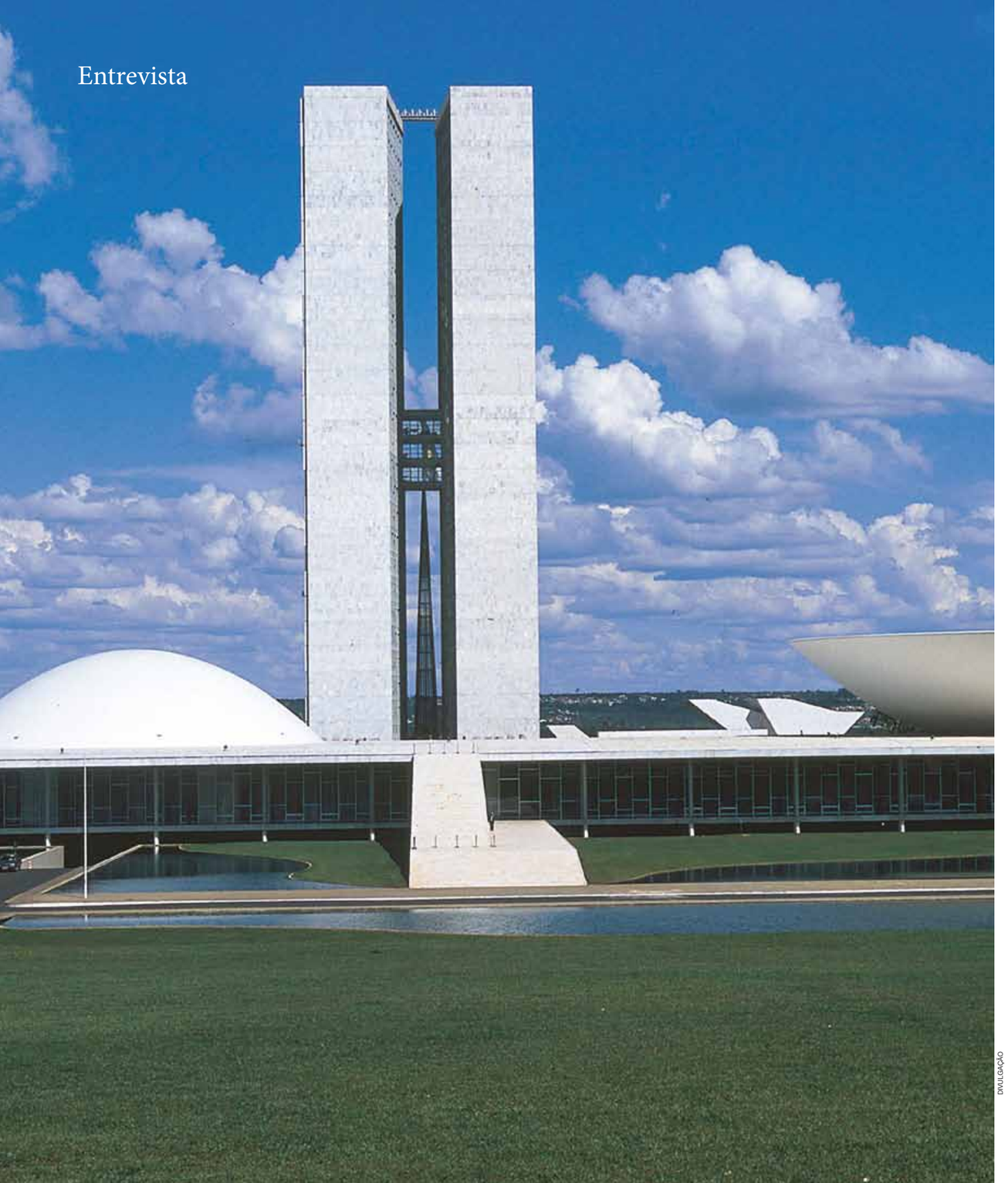
Às vésperas da passagem do ano de 1992 para 1993, o Brasil assistiu à histórica queda de um presidente eleito da República, depois de passar por um processo de impeachment, até então inédito no Brasil. Foram anos atribulados, que dificilmente algum brasileiro adulto naquela época esquecerá. Corrupção, desvio de dinheiro público para campanhas eleitorais, contas numeradas no exterior, coisas que hoje soam familiares, naquele período começaram a sair das sombras, através da imprensa. Depois de 25 anos de obscurantismo, finalmente tornava-se possível publicar o que se passava nos bastidores do poder.

O jornalista Edney Silvestre estava entre as pessoas que vivenciaram, como testemunhas e até como vítimas, aquele rico e intenso período da história brasileira, e dele tirou os insumos para seu romance "A felicidade é fácil". Recém-lançado pela Editora Record, "A felicidade é fácil" é um romance político – gênero que captura a atenção por contar uma história fictícia dentro de um contexto e cenário reais.

Resultado de muitas pesquisas, o livro leva o leitor pelo caminho da indignação, da revolta, do asco com a corrupção e com os desmandos, mas traz também uma mensagem de otimismo e crença na dignidade das pessoas. Nesta entrevista para a revista ETCO, Silvestre fala sobre sua inspiração para a criação dos personagens e a homenagem que quis fazer à democracia brasileira.



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

ETCO - Como nasceu a ideia do romance "A felicidade é fácil"?

Silvestre - Houve um sequestro em São Paulo, no início dos anos 1990, em que o filho dos caseiros de uma mansão de milionários foi levado por engano, em vez do herdeiro da família riquíssima. O menino sequestrado foi morto e teve o corpo jogado em uma represa, nos arredores da capital paulista. O crime mereceu apenas uma pequena nota nos jornais e os criminosos nunca foram descobertos. Imaginei, então, que a Polícia não teve interesse em buscar o bando. A família mudou-se imediatamente para a Flórida e vive lá até hoje. Apenas o pai vem ao Brasil, frequentemente, porque mantém negócios aqui. A história desse sequestro equivocado, com graves consequências, nunca me saiu da cabeça, especialmente porque tudo aconteceu naquele período, em que nossas poupanças também tinham sido "sequestradas". Assim que terminei de escrever "Se eu fechar os olhos agora" (2009, Editora Record), iniciei a composição deste romance, que, tal como o primeiro, já nasceu com o título escolhido: "A felicidade é fácil".

ETCO - Por que o período Collor?

Silvestre - Minha geração lutou por um Brasil mais justo e democrático, e muitos pagaram preços altos por isso, sofrendo torturas, desterros e mortes. A campanha das Diretas Já nos encheu da esperança de que, finalmente, chegávamos no limiar desse sonho democrático. E quando o país elegeu pela primeira vez seu presidente pelo voto direto, após 21 anos de ditadura e cinco de José Sarney, veio a imensa decepção de termos um presidente capaz de cometer desatinos tais que acaba sendo retirado do poder via *impeachment*. Nesse período os brasileiros sofreram também com os desatinos econômicos iniciados pela ministra Zélia Cardoso de Mello. O resultado foi esse caos e, entre outros eventos negativos, a intensificação da diáspora brasileira, já que nossos compatriotas (como os personagens Barbara e Luis Claudio) veem como única saída a emigração. E ilegal, ainda por cima.

ETCO - Como foram criados os personagens Olavo e Ernesto? Foram inspirados em duas pessoas em particular? Ou são a soma de algumas pessoas?

Silvestre - Tanto durante a era Collor quanto nos recentes governos do presidente Lula, os escândalos financeiros mostraram que uma das vertentes mais comuns incluía as verbas de publicidade, particularmente as milionárias verbas para as campanhas políticas, difíceis de terem suas origens e percursos traçados. Disso a Polícia Federal e o Ministério Público vêm cuidando. O que me interessava particularmente era mostrar como pessoas perversas - como Olavo e Ernesto - conseguem se apropriar de algo admirável, como o processo democrático, e corrompê-lo, assim como fazem tantos corruptos da vida real.

ETCO - O poder sempre tem "Olavos" e "Ernestos" ao redor?

Silvestre - A frase é clássica e sempre atual: o poder corrompe.

ETCO - Mara, a garota de programa de luxo que arrebata o coração de um poderoso e passa a partilhar o dinheiro e o poder. Você diria que é uma personagem comum nos meios políticos?

Silvestre - São tantas as "Maras", em tantos meios além do político... Uma mulher com as origens dela tem poucas opções, tal como aconteceu com sua mãe - um destino que ela não aceitou. Preferiu uma vida como "modelo" e acompanhante. Quando conheceu Olavo, um homem mais velho e vivendo a crise comum da meia-idade, convenceu-o de que o amava e que, com ela, ele reencontraria a virilidade e a felicidade. Na verdade mulheres como Mara são, quase sempre, frígidas e têm aversão ao sexo. Por serem frias, podem muito bem fingir os delírios sensuais que não sentem, convencendo seus parceiros.

ETCO - No fim, Mara vira a mesa e expõe os podres dos poderosos. Na vida real podemos esperar atitudes como a dela apenas por um resgate da dignidade ou seria mais razoável pensar que essas coisas acontecem como vingança de ex-mulher ou amante?

Silvestre - Temos muitos exemplos de ex-mulheres vingativas, não é? Não sei se a Sra. Pitta (Nicéa Camargo, ex-mulher do falecido ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta) ou a Sra. Collor (Rosane Collor, ex-mulher do ex-presidente, hoje senador, Fernando Collor de Mello) queriam se vingar ou fazer denúncias legítimas. Mas acredito que estamos sempre nos deparando com essas duas possibilidades: a escolha da ética ou a entrega à corrupção, seja ela pequena, pública, grande ou íntima. Mara passou a vida sendo uma prostituta de luxo, tornando-se aliada dos poderosos e cobrando por isso. A possibilidade de salvar a vida do menino sequestrado e a recusa de um gesto generoso por parte de Olavo despertam nela a humanidade, que estava sufocada debaixo das joias, das roupas de grife e do sexo doentio que o casamento havia lhe trazido.

ETCO - O casal de empregados, pais do menino sequestrado, teria algo a ver com tantos "caseiros" que acabaram envolvidos em escândalos de corrupção de seus patrões no país?

Silvestre - Os caseiros de "A felicidade é fácil" são inspirados em outro tipo de caseiros que conheci, vindos do interior de Santa Catarina, descendentes de italianos e alemães, que eram pessoas extremamente trabalhadoras e confiáveis. Isto torna o drama ainda maior se imaginarmos que, em busca de uma vida melhor, eles vêem o único filho sequestrado e, muito provavelmente, assassinado.

ETCO - "A felicidade é fácil" relata uma fase sombria da política brasileira, os anos 90. Porém nesta fase houve o primeiro impeachment de um presidente. Isto não foi na verdade um avanço?

Silvestre - Vejo tudo o que temos passado, desde o movimento das Diretas Já, como avanços para chegarmos a uma nação melhor, mais justa e democrática. Tento encarar cada tropeço, como o Collor, o mensalão, os assassinatos de jornalistas, a campanha contra a liberdade de imprensa, parte de uma caminhada. Acredito que chegaremos a um Brasil muito melhor do que aquele que herdamos.

ETCO - O governo Collor foi marcado pela abertura às importações e o inesquecível confisco da poupança. Qual é o peso do aspecto econômico na história que você criou?

Silvestre - Eu vejo a História com agá maiúsculo interferindo continuamente na história com agá minúsculo, que é a nossa trajetória pessoal. Quantos milhões de brasileiros, após o confisco da poupança, foram obrigados a se exilar na Espanha, em Portugal, nos Estados Unidos, na Inglaterra, em busca de sobrevivência, aceitando trabalho abaixo de suas qualificações, para poder sustentar seus filhos, pais e esposas? Esse é apenas um exemplo. A literatura que eu faço é profundamente ancorada na nossa realidade.

ETCO - Você descreve o comício das Diretas Já em São Paulo situando-o como um momento decisivo para Ernesto e Olavo – principalmente para Ernesto, que vê ali uma forma de deslanchar os seus negócios. Qual é a sua visão daquele movimento e da importância dele para os personagens principais de "A felicidade é fácil"?

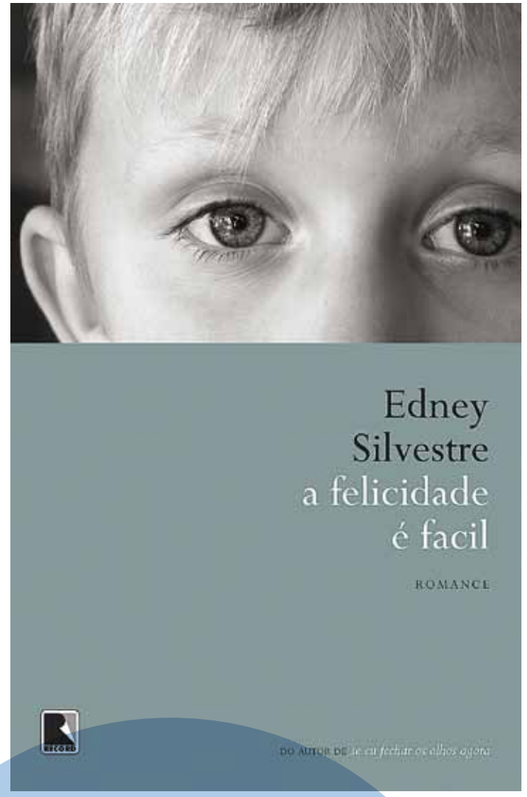
Silvestre - Quatro dos personagens principais de "A felicidade é fácil" circulavam por ali, pela Praça da Sé, naquele dia. Um é o soldado da Polícia Militar que anos depois será o motorista de Olavo (e pai de Barbara), os dois publicitários e Antonio, que abomina os movimentos pró-democracia. Os outros personagens são reais: Osmar Santos, Chico Buarque, Franco Montoro, Fernanda Montenegro, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Christiane Torloni, Fafá de Belém, Mario Covas. Os comícios das Diretas Já formaram, talvez, o mais belo movimento popular do Brasil no século XX. No meu romance eu presto homenagem a ele e seus guerreiros e guerreiras.

ETCO - De certa forma seu livro nos faz passar por sensações. Primeiro uma profunda melancolia com tanto desmando e tanta corrupção. Mas no final, com a demonstração de dignidade e decência, a sensação é de alívio e de felicidade. Que mensagem você quis passar?

Silvestre - A decência é sempre possível. Mesmo aqueles e aquelas que nos parecem para sempre chafurdados no crime e na perversidade podem redimir-se, se houver a chance.

ETCO - Ampliando este foco para o país, não teria sido a mesma coisa? Ficamos mal, mas o desfecho nos levou a uma sensação de vitória, consolidando o processo democrático? Era isso que você buscava?

Silvestre - Existe um percurso a fazer, sempre. É importante lembrarmos isso. E lembrarmos, também, que cada um de nós tem uma responsabilidade. O memorialista Leonard Woolf, viúvo da Virginia Woolf, deu a um de seus livros um título que norteia muitos momentos da minha vida: "O que importa é a jornada, não a chegada".



"O QUE IMPORTA É A JORNADA, NÃO A CHEGADA"

DIVULGAÇÃO

Uso do software aumenta na Bahia e Mato Grosso se prepara para usar esta ferramenta eletrônica com base no banco de dados da NF-e

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA AVANÇA

Uma avalanche de dados estão sendo extraídos das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) pela Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-BA), a primeira a utilizar a ferramenta NF-e BI, Software de Business Intelligence da Nota Fiscal eletrônica, lançado em julho de 2010. A ferramenta foi desenvolvida pela Microsoft, a partir de uma parceria do ETCO com o governo da Bahia, e foi disponibilizada para todos os estados.

O NF-e BI permite que o fisco estadual integre as informações das suas bases de dados de NF-e, cruzando-as para gerar relatórios analíticos. Em junho deste ano a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso (Sefaz-MT) também aderiu à nova ferramenta, que está sendo implementada. A secretaria poderá acompanhar a movimentação nas empresas, mapear dados econômicos das macrorregiões do Estado, efetuar análise estratégica da arrecadação do ICMS e cruzar vários dados por segmento ou empresa, dentre outras possibilidades. As notas eletrônicas emitidas e recebidas entre 2008 (quando foi implantado o projeto da NF-e) e abril de 2012, no total de 124.097.411, já foram inseridas no sistema. Atualmente, 46.310 contribuintes do ICMS são usuários da NF-e, e respondem por 63% da arrecadação do imposto no Mato Grosso. Mas é na Bahia que o uso do BI está mais avançado. O banco de dados compreende NF-e emitidas no estado desde seu início, em setembro de 2006, e é atualizado diariamente. “São lançados mais de seis milhões de notas por mês”, diz Jadson Bitencourt Andrade Oliveira, Gerente de Automação Fiscal da secretaria. “Antes do BI só tínhamos os dados totais das notas fiscais: quem vendeu para quem, mas não conseguíamos saber quantos itens de um produto, por exemplo, constavam na nota.”

Com a ferramenta foi possível fazer um estudo sobre substituição tributária, localizando nas NF-e todos os itens que são produzidos fora da Bahia. “Partindo de uma suspeita levantada pela área de Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, usamos o NF-e BI para analisar as vendas de algumas empresas atacadistas de outros estados para empresas na Bahia”, conta Oliveira. Analisando a movimentação, foram identificados contribuintes na Bahia com volume de compras incompatível com o seu porte e enquadramento

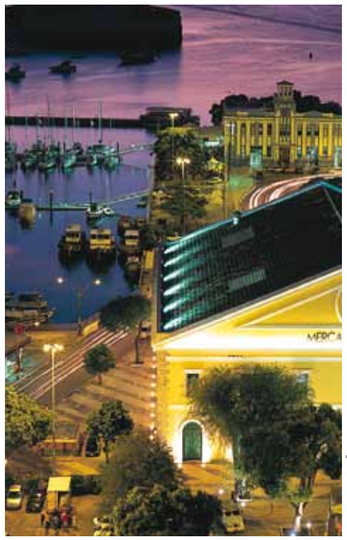
no Simples Nacional, além de não terem o recolhimento de ICMS correspondente. Em um dos casos, o contribuinte foi intimado por inaptidão (primeiro passo para que o contribuinte se torne inapto, e consequentemente não possa realizar operações sobre as quais incida o ICMS). Nesse caso tratava-se de um Micro Empresário Individual e as compras interestaduais de janeiro de 2010 a fevereiro de 2011 totalizavam R$ 7.165.903, com o recolhimento de ICMS no mesmo período sendo de R$ 11.171,30.

Segundo Oliveira, "a utilização do NF-e BI para realização de análises também evidenciou problemas no processo de emissão do documento por parte dos contribuintes. Por erro de digitação ou falha nos sistemas dos contribuintes, havia notas emitidas com valores absurdos, da ordem de bilhões de reais. Ao distorcerem visivelmente os resultados, essas NF-e puderam ser identificadas e os contribuintes, inclusive de outros estados, notificados para procederem as correções necessárias.

Devido a esse tipo de ocorrência, a Sefaz-BA sugeriu ao ENCAT (Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais), responsável pela coordenação técnica do projeto, que estabelecesse um valor máximo para cada NF-e, prevenindo o registro de valores irreais, decorrentes muitas vezes de um erro no programa do contribuinte. Cada estado pode fixar o seu limite, já que não há um padrão nacional. O uso das informações obtidas pelo NF-e BI permitiu, ainda, que a Sefaz-BA identificasse diversos contribuintes com um volume de compras muito superior ao porte da empresa. "Constatamos que os produtos vinham de alguns atacadistas de Goiás. Com o NF-e BI verificamos que estes atacadistas também tinham um volume de compras muito grande", acrescenta Oliveira. Uma das empresas da Bahia teve sua inscrição estadual cancelada e não pode mais operar.

A análise de todo um grupo de contribuintes, com dados agregados, só se tornou possível com o NF-e BI. A Sefaz-BA também está usando o software para levantar tudo o que o contribuinte comprou, de quem e com que alíquota de ICMS, dentro do período cadastrado. Outros estados se preparam para aderir ao sistema. Em junho de 2011, durante reunião do ENCAT, todos receberam o código fonte do software. Alguns já possuíam seu próprio sistema e outros perceberam que precisavam de um diagnóstico da estrutura que a Secretaria da Fazenda possui para viabilizar a implementação do NF-e BI.

O ETCO disponibiliza uma consultoria da Microsoft para ajudar as secretarias no processo de diagnóstico para a implantação do NF-e BI e alguns estados estão avaliando a possibilidade de realizar essa consultoria.



FOTOS DIVULGAÇÃO

"SÃO LANÇADAS MAIS DE SEIS MILHÕES DE NOTAS POR MÊS"

PROTEJA SUA EMPRESA DE NOTAS FISCAIS FALSAS

Por Bruany A. Bianchi

Como evitar o uso fraudulento dos dados cadastrais de empresas idôneas durante a emissão de Nota Fiscal eletrônica

O projeto Manifestação do Destinatário permite que as empresas evitem o uso indevido de suas inscrições estaduais por emitentes de NF-e que queiram usar os dados cadastrais de empresas idôneas para acobertar operações fraudulentas, como remessas de mercadorias para destinatário diferente do indicado na documentação fiscal.

Eudaldo Almeida de Jesus, coordenador geral do ENCAT, (Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais), que coordena nacionalmente o projeto da NF-e, conta que existem empresas que utilizam indevidamente inscrições de contribuintes idôneos, assim como empresas laranja, criadas com uma inscrição feita apenas para burlar a legislação e o fisco. “Um exemplo é a venda de mercadoria de São Paulo para algum estado do Nordeste, sendo que neste caso a alíquota do ICMS é de 7%. Como a diferença do imposto é pago ao estado de destino (conforme a alíquota interna que varia a depender do produto) essa operação pode ficar pelo caminho, pois na realidade o destinatário pode ser uma empresa do próprio Estado de São Paulo, ou de outro estado da federação. Caso seja exigida a manifestação do destinatário e ela tem prazo para ocorrer, essas práticas serão descobertas e as providências são imediatas e não daqui a cinco anos.

Evita-se, assim, o acúmulo de créditos podres, decorrentes de autos de infração lavrados contra contribuintes que sequer possuem estabelecimento com atividade regular”, diz Eudaldo.

Atualmente só é possível ter o controle da mercadoria por meio dos postos fiscais, que realizam o registro de passagem. Por exemplo, “a mercadoria que sai do Estado de São Paulo e vai para o Nordeste tem no seu percurso postos fiscais que realizam esse registro. Se essa mercadoria passou em rotas que têm postos fiscais e não houve o registro, há grandes possibilidades de a operação de venda ser falsa. Porém, com os métodos atuais de checagem, essa descoberta demora muito.”

O projeto de manifestação do destinatário permite que a NF-e nas duas partes da operação seja validada. Como o próprio nome diz, o destinatário deverá se manifestar sobre a NF-e emitida, declarando sua posição em quatro tipos de eventos:

- **Ciência da emissão:** Nesta etapa é registrada a solicitação do destinatário na NF-e para a obtenção e download do arquivo XML, onde irão constar todas as informações relacionadas à nota fiscal. O evento da Ciência da Emissão não representa a manifestação conclusiva do destinatário sobre a operação.

- **Confirmação da Operação:** Este evento é registrado depois de realizada a operação, e significa que ela ocorreu conforme informado na NF-e. Quando a NF-e trata de circulação de mercadorias, o registro deve ocorrer depois da entrada física da mercadoria no estabelecimento do destinatário. É também necessário em operações sem movimentação de mercadorias, mas que tenham sido objeto de ciência por parte do destinatário. Por isso é chamado Confirmação da Operação e não Confirmação de Recebimento. É importante ressaltar que, após este evento, a empresa emitente fica impedida de cancelar a NF-e. O pedido de cancelamento pode ser feito apenas no evento Ciência da Emissão, no prazo definido por lei.

- **Registro de Operação não Realizada:** Este evento deve ser informado pelo destinatário quando, por algum motivo, a operação legalmente negociada entre as partes não se realizou (devolução sem a entrada física da mercadoria no estabelecimento do destinatário, perda da carga durante seu transporte, etc.).

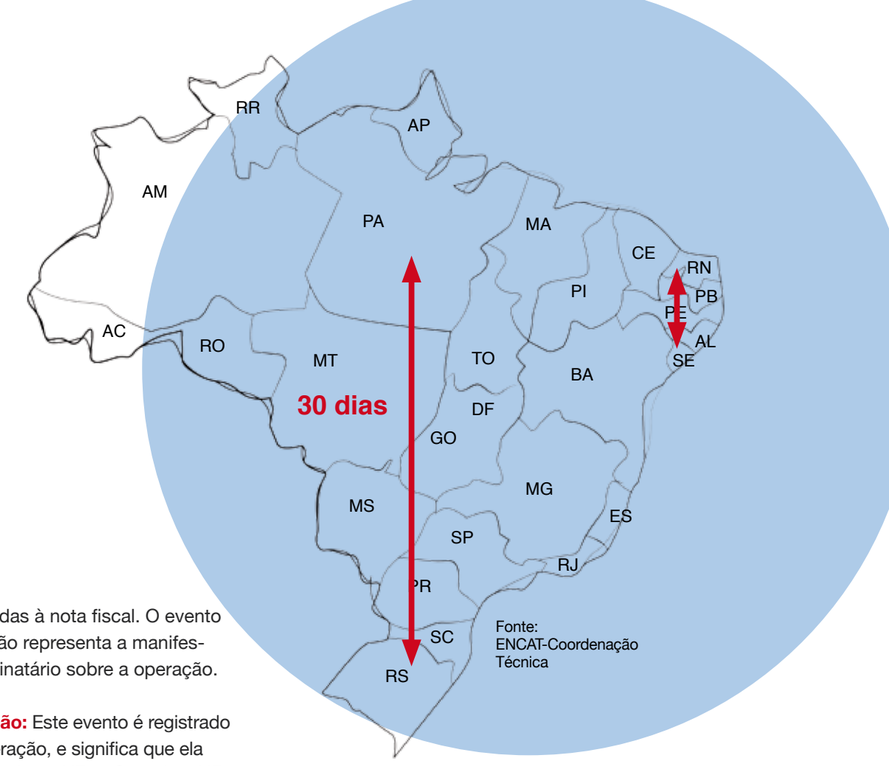
- **Desconhecimento da Operação:** Este evento possibilita ao destinatário denunciar quando sua Inscrição Estadual e CNPJ forem usados por algum emitente da NF-e com o intuito de acobertar operações fraudulentas, como a remessa de mercadorias para outro destinatário. Este evento protege o destinatário de ser tributado pelo uso indevido de seus dados. A principal vantagem que as empresas vão obter com esse projeto será a análise do arquivo digital XML das NF-e que não tenham sido transmitidas pelo respectivo emitente.

O projeto beneficia o destinatário ao protegê-lo do envolvimento de sua empresa em processos administrativos fiscais, e procura tornar mais transparentes as informações prestadas pelas empresas, evitando também a sonegação e a emissão de notas não condizentes com a realidade. As administrações tributárias acabam identificando de imediato a simulação e a inidoneidade da operação. A Manifestação do Destinatário será implantada pelas administrações tributárias dos estados. Inicialmente será voluntária. A partir de março de 2013 será obrigatória para alguns setores, especificamente o de combustíveis. Todo o sistema tem um prazo de resposta de 180 dias por parte do destinatário, mas futuramente este prazo será fixado de acordo com a distância do transporte da mercadoria.

Acesse o projeto no portal (www.nfe.fazenda.gov.br), com a chave de acesso da nota fiscal eletrônica.

Prazos para manifestação do destinatário

Todo o sistema tem um prazo de resposta de 180 dias por parte do destinatário, mas futuramente este prazo será fixado de acordo com a distância do transporte da mercadoria: do Rio Grande do Sul ao Pará, será de 30 dias, de Alagoas até o Rio Grande do Norte será de sete dias



Fonte: ENCAT-Coordenação Técnica

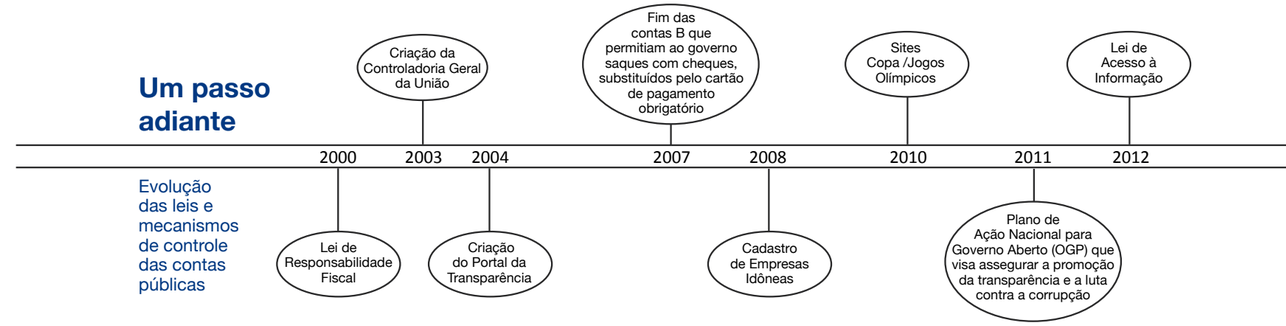
CORRUPÇÃO X DESENVOLVIMENTO

Por Mara Luquet

As práticas nocivas entre o setor público e o privado revelam um déficit de sentimento democrático e atrasam o país

FOTOS DIVULGAÇÃO/REDE GLOBO

Carminha, a vilã da novela "Avenida Brasil" e Agostinho Carrara, de "A grande família" são candidatos a vereador. Já Marcelo Adnet, da MTV, é o candidato do Partido da Sinceridade, "o PS, aquele que te rouba e você esquece". Como ficção eles fazem rir. O perigo é eleger candidatos como eles



O vereador Agostinho Carrara é o candidato que não para, no humorístico "A grande família", exibido semanalmente na TV Globo. Já Marcelo Adnet, da MTV, é o candidato do Partido da Sinceridade , "o PS, aquele que te rouba e você esquece". Ainda há Carminha, a vilã que faz o maior sucesso na novela global "Avenida Brasil", que lançou sua candidatura a vereadora apelando para as famílias do Divino, o bairro criado pelo novelista João Emanuel Carneiro, para ser sua representante na defesa da moral e dos bons costumes. Logo ela, que levou o amante para viver sob o mesmo teto do marido.

Está aí um pequeno retrato da campanha eleitoral que chega aos brasileiros pelas mãos do entretenimento. Mas fique tranquilo, é pura ficção. Assim também como é ficção o romance do jornalista Edney Silvestre, "A felicidade é fácil", que revela a trama entre publicitários e políticos corruptos em Brasília *(veja entrevista na página 6)*. Mas, fique tranquilo. Enquanto estão na ficção, esses políticos divertem, entretêm e conduzem uma boa história de amor, ódio e suspense. Nada mais do que distração para os momentos de ócio e lazer. O perigo é deixá-los cruzar a linha da fantasia e se alojar na administração de sua cidade, estado ou país. Por isso vale a pena ficar atento às urnas e ao seu voto mesmo em períodos de prosperidade econômica. "A diferença entre viver uma maldição e uma bênção está essencialmente ligada à governança e à redução da corrupção", disse Otaviano Canuto, vice-presidente do Banco Mundial, um dos presentes ao seminário internacional "O Impacto da Corrupção sobre o Desenvolvimento", organizado pelo ETCO e o jornal Valor Econômico. Corrupção não é uma prerrogativa brasileira. Trata-se de um fenômeno global. Nem tampouco um fenômeno novo. "Temos o melhor governo que o dinheiro pode comprar", disse o escritor Mark Twain, que não era brasileiro, nem nosso contemporâneo — nasceu nos Estados Unidos no século XIX. Rolf Alter, diretor de gestão pública e desenvolvimento territorial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), alertou para os riscos da corrupção, onde interesses públicos e privados se encontram. Contratos públicos representam, em média, 15% do PIB. Cerca de US$ 1 trilhão foram investidos nas últimas duas décadas em parcerias público-privadas, com outros US$ 500 bilhões vindo nos próximos anos. "Com estes significativos fluxos de recursos financeiros, os governos e o setor privado devem tomar medidas para combater a corrupção e promover a integridade, a fim de se evitar o desperdício de dinheiro público e de se reforçar a confiança no governo e no setor privado", disse ele.

Regras pouco claras no relacionamento entre os setores público e privado adubam o terreno para o cultivo de práticas nocivas à concorrência, que impedem o desenvolvimento e o crescimento de qualquer nação. "A corrupção é irmã da opacidade, falta de práticas claras, precisas, que dificultam o ambiente de negócios no Brasil", disse Cristiano Noronha, cientista político e vice-presidente da Arko Advice no painel "Corrupção: raízes, atitudes sociais, governabilidade e instituições políticas". Em pouco mais de uma década, houve uma visível evolução nos instrumentos para dar mais transparência à gestão pública *(veja linha do tempo)*. "Houve um incremento da transparência como política de estado", disse o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage. Reconhecer o problema é "não deixá-lo sob o tapete", e, para Hage, o ponto de partida para combatê-lo. Nos últimos anos, segundo ele, a corrupção passou a ser reconhecida, detectada, divulgada e, em parte, punida.

Uma notícia que dará força a variável punição, que na fórmula de combate a corrupção tem um peso de muitas potências, será a aprovação do projeto de lei 6826/2010, em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto prevê que a pessoa jurídica responderá pelos atos praticados em seu benefício ou interesse por qualquer de seus agentes, ainda que tenham

agido sem poderes de representação ou sem autorização superior, mesmo que a empresa não obtenha vantagem com tais atos. Ou seja, pune também o corruptor *(veja detalhes na página 27)*. “Na base há, na minha compreensão, um déficit de sentimento democrático. A noção tão simples de que todos são iguais perante a lei e de que, portanto, todos lhe devem igual respeito, sofre no Brasil diversas distorções”, disse a ex- ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie Northfleet. O professor Demétrio Magnoli, integrante do Grupo de Análises da Conjuntura Internacional do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, vai além. “A elite política criou um sistema que tem a finalidade de ser corrupto”, disse Magnoli. Segundo ele, a elite política conquistou a prerrogativa de nomear toda a administração pública. “São quase 600 mil cargos de livre nomeação nas três esferas”, disse.

Este arcabouço impede o Brasil de construir uma moderna burocracia de estado. Segundo o Banco Mundial, entre 2005 e 2008 houve avanços em alguns países da Europa no combate à corrupção. Casos de corrupção administrativa — como presentes e dinheiro dados pela iniciativa privada para acelerar a tomada de decisão por parte de um ente público, tiveram redução. Mas também há retrocessos. A corrupção ligada a compras públicas - que lida com uma quantia maior de dinheiro e é mais centralizada - aumentou na mesma amostragem de países. “Os casos de sucesso aconteceram nos países que fizeram uma reforma específica e pragmática, utilizaram monitoramento e métrica para avaliar o desempenho público, e criaram capacidade de gestão pública local”, disse Canuto. Segundo Paulo Rabelo de Castro, coordenador do Movimento Brasil Eficiente, há também a abordagem econômica da corrupção, onde se verificam dois vetores relevantes: o tamanho do incentivo; o tamanho da pena e

***Jorge Hage**, ministro-chefe da Controladoria Geral da União: “Reconhecer o problema é não deixá-lo sob o tapete. Nos últimos anos a corrupção passou a ser reconhecida, detectada, divulgada e em parte, punida”*

FOTOS GUSTAVO LOURENÇÃO

***Rolf Alter**, diretor de governança pública e desenvolvimento da OCDE: “Há grandes somas de dinheiro envolvidas, o que aumenta a margem da corrupção”*

“Então hoje sabemos quem está doando dinheiro para as campanhas. O caixa dois deve diminuir porque o ônus para a empresa está cada vez maior”

***Otaviano Canuto**, vice-presidente do Banco Mundial: “Os casos de sucesso aconteceram nos países que fizeram uma reforma específica e pragmática”*

***Rita de Cássia Biason**, coordenadora do grupo de estudos e pesquisas sobre corrupção da UNESP: “Houve uma faxina no processo eleitoral, deixando-o transparente e confiável”*

a probabilidade da sentença. “O pandemônio tributário é um enorme e permanente incentivo para toda a sorte de corrupção”, disse Castro.

Josmar Verillo, Vice-Presidente do Conselho de Administração da AMARRIBO Brasil, braço no país da Transparência Internacional, diz que US$ 1trilhão por ano são perdidos em corrupção nos países em desenvolvimento.

Para José Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégias da CNI, nunca é pouco mostrar os efeitos da corrupção sobre o desenvolvimento. “O impacto sobre a economia tem um multiplicador que é a perda de produto potencial”.

Disso resulta um bom número de apontamentos de não-conformidade que acarreta prejuízos reais a serem sentidos diretamente pela população, quando da interrupção de repasses das verbas dos fundos fiscais. “No país a accountability fica de certa forma prejudicada pela excessiva burocratização que assola o serviço público, especialmente a área tributária”, disse ela. A estrutura do estado brasileiro, concentrada no executivo, não colabora para a gestão pública. Roberto Romano, professor de ética e filosofia política da Unicamp, levou para o debate a questão da forma como é feita a divisão de recursos entre

Paulo Rabelo de Castro, ***coordenador do Movimento Brasil Eficiente: "O pandemônio tributário é um permanente incentivo à corrupção"***

Demétrio Magnoli, ***integrante do Grupo de Análises da Conjuntura Internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP: "A elite política criou um sistema que tem a finalidade de ser corrupto"***

as esferas da administração pública. "Nossos políticos são lobistas junto aos ministérios, e sem a intermediação é difícil obter recursos", frisou. O esforço para a criação de uma cultura cidadã tem o apoio de Romano e neste sentido ele reforça a urgência de se criar mecanismos de desobstrução dos recursos públicos para estados e municípios. Boa parte dos municípios brasileiros não dispõe de recursos próprios, e isto tem uma significação política. "Não se pode ter estados e municípios chantageados pelo poder federal", disse Romano.

Pelos caminhos que percorrem os recursos públicos, chegamos então ao ponto de partida para acabar com a improbidade no seu manuseio: o voto. Pode parecer chavão, mas a escolha de nossos políticos felizmente está em nossas mãos. A professora Rita de Cássia Biason, coordenadora do grupo de estudos e pesquisas sobre corrupção da UNESP, enumerou as ações que contribuíram para uma verdadeira faxina no processo eleitoral, deixando-o transparente e confiável. No período de 1980 a 1996 duas ações atingiram as fraudes eleitorais ancoradas nos "eleitores fantasmas".

A primeira foi o grande recadastramento realizado em 1986, e a segunda ação foi o início das votações por meio das urnas eletrônicas. Outro fator de corrupção ligado às eleições é a compra de votos, segundo Rita. Também houve avanços nesta área com a lei 9840/99, que pune com multa, prisão e perda de mandato os candidatos pegos neste delito. Outro aspecto que compromete o processo eleitoral é a falta de transparência no financiamento de campanha. Mas, desde 2002, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem divulgado todas as doações. "Então hoje sabemos quem está doando dinheiro para as campanhas. O caixa dois deve diminuir porque o ônus para a empresa está cada vez maior", diz Rita.

A corrupção, que causa repúdio da população aos políticos e o descrédito das instituições, não produz o efeito desejado quando se trata de digitar com seriedade o número dos candidatos nas urnas. E esta pouca atenção ao legislativo, onde trabalham os representantes da população, tende a ser ainda maior quando focamos nas câmaras municipais. Você consegue lembrar o nome dos vereadores de sua cidade? E qual foi o projeto mais importante que a Câmara de seu município votou no último ano? Não se sinta culpado. Nem mesmo cientistas políticos acostumados a escrutinar a rotina da vida política têm essas informações na ponta da língua. Jairo Cesar Marconi Nicolau, cientista político e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), confessou em sua coluna no jornal Valor em agosto: "Durante alguns minutos me dispus a escrever em um papel o nome de todos os vereadores da cidade onde resido (Rio de Janeiro)".

"Lembrei-me de quatro nomes. Um deles estava errado; listei um vereador de muitos mandatos que não havia sido eleito em 2008". Nicolau também não conseguiu responder à segunda questão que se impôs. O que sugere que a grande maioria da população teria performances ainda piores, uma vez que, diferentemente de Nicolau, não tem em sua agenda de trabalho o estudo da agenda da Câmara Municipal. Assim, podemos desconfiar que o trabalho dos vereadores esteja cada vez mais entregue à sua própria sorte, sem a avaliação precisa do cumprimento das obrigações para as quais foram

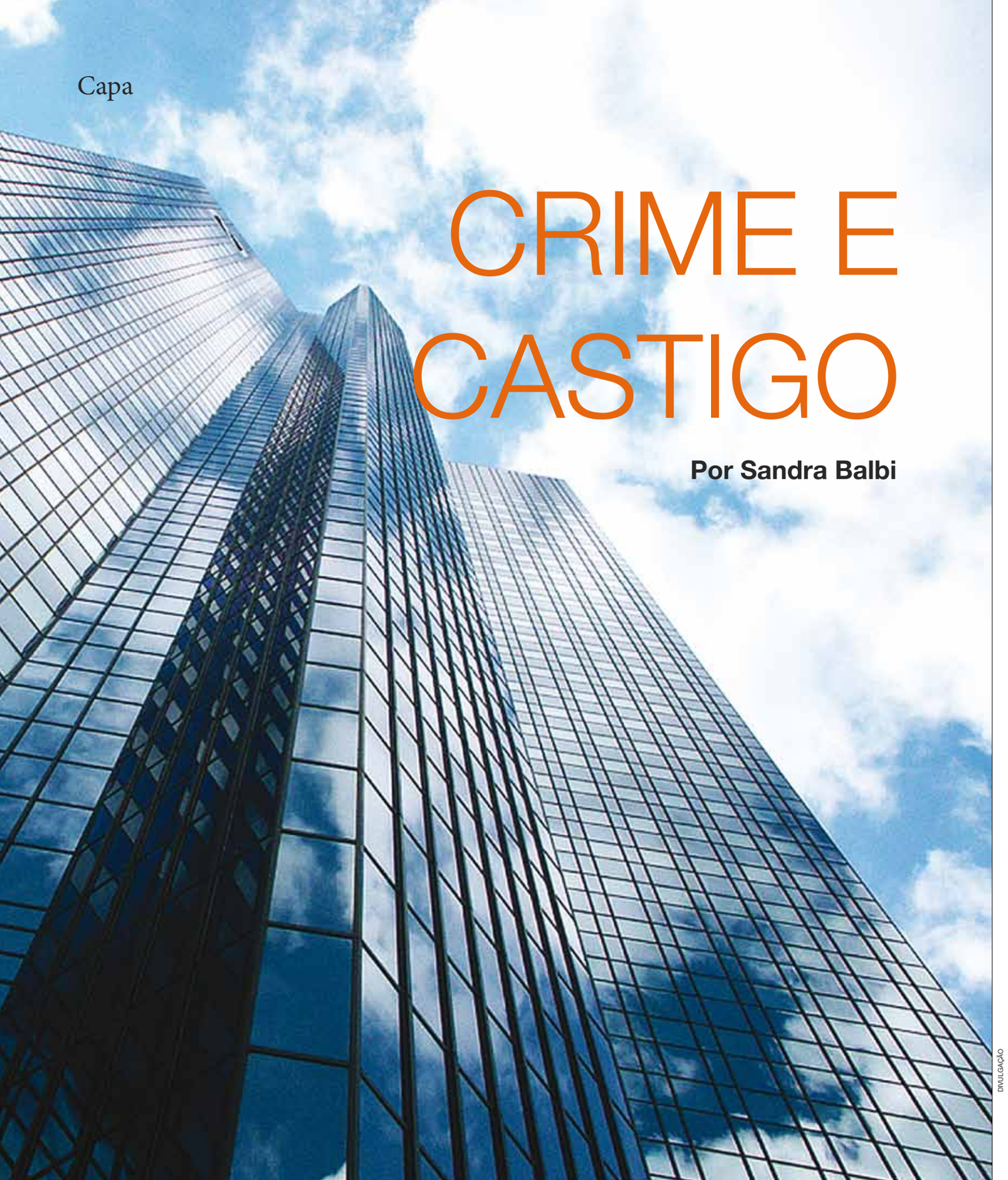
FOTOS GUSTAVO LOURENÇÃO

Ellen Gracie Northfleet, ***ex- ministra do Supremo Tribunal Federal (STF): "Na base há, na minha compreensão, um déficit de sentimento democrático. A noção tão simples de que todos são iguais perante a lei e de que, portanto, todos lhe devem igual respeito, sofre no Brasil diversas distorções"***

eleitos. Isto definitivamente não contribui para a melhoria da lisura na administração pública. É certo que este comportamento tem que melhorar, para que aumente o zelo pela riqueza da nação. Não é simples, e, na verdade, nunca foi. Vem do século XIX, da pena do maior escritor brasileiro, a percepção da enorme dificuldade que existe em exercer corretamente este sagrado direito de escolher seus representantes.

Em uma crônica de 5 de março de 1867, véspera de eleições legislativas, Machado de Assis revelou para os leitores sua angústia: "Eu creio que há em todo o império uma soma de políticos capaz de formar cinco ou seis câmaras. É que não há outra classe mais numerosa no Brasil. Divide-se essa classe em diversas seções: políticos por vocação, políticos por ambição, políticos por vaidade, políticos por interesse, políticos por desfastio, políticos por não terem nada que fazer. Imagino daqui o imenso trabalho que há de ter V. Exa. em escolher os bons e úteis dentre tantos. E esse é o meu desejo, essa é a necessidade do país".

De lá para cá, o número de políticos só aumentou, e muito, o que exige um trabalho ainda mais cuidadoso na hora de fazer as escolhas.



DIVULGAÇÃO

CRIME E CASTIGO

Por Sandra Balbi

Projeto de Lei do Governo Federal prevê sanções a empresas que pagarem propina para obter vantagens em negócios com órgãos do Estado

A verdade seja dita: não é possível haver corruptos sem que existam corruptores. Para que o país caminhe em direção à transparência e às boas práticas nas relações entre os setores públicos e privados torna-se necessário um passo à frente na luta contra a corrupção: a punição também de empresas corruptoras. Essa é a discussão em curso na Câmara dos Deputados onde tramita o Projeto de Lei 6826/2010 do Governo Federal, cujo relator é o Deputado Federal Carlos Zarattini (PT-SP). Atualmente, quando flagradas numa relação ilícita oferecendo ou pagando propina a funcionários públicos federais, estaduais ou municipais, as empresas atribuem a responsabilidade por tal ato a um dos seus próprios empregados. “Demitem o empregado e dão o caso por encerrado”, comenta Zarattini. A punição das empresas envolvidas em casos de suborno é praticamente impossível, por falta de uma legislação específica para pessoas jurídicas. Isso pode acabar.

O projeto, em tramitação na Câmara dos Deputados, prevê que a pessoa jurídica responderá pelos atos praticados em seu benefício ou interesse por qualquer um de seus agentes, ainda que não tenham poderes de representação ou autorização superior, e mesmo que a empresa não obtenha vantagens com tais atos. Ou seja, a corrupção terá de ser combatida internamente pelas empresas, de forma a evitar certas iniciativas particulares, como a velha prática da “caixinha”, por exemplo. De acordo com o PL 6826/2010, a responsabilização da pessoa jurídica por atos de corrupção não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, que também são passíveis de punição.

O Brasil é signatário da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 1997. Mas, dos 34 países participantes, somente o Brasil, a Argentina e a Irlanda não criaram uma legislação específica para punir as empresas corruptoras. O PL 6826/2010 deverá preencher esse vácuo, e é mais rigoroso e abrangente que a Lei de Licitações, que atualmente rege as contratações entre as pessoas jurídicas e o Estado, e inclui, por exemplo, punições a atos de corrupção do âmbito tributário, do sistema bancário público e das agências reguladoras.

Zarattini defende a necessidade de punição das empresas nos processos de fiscalização com o argumento de que quem paga propina para obter contratos junto aos órgãos do Estado, por exemplo, desequilibra a concorrência. “Uma empresa cumpre a lei, trabalha legalmente, enquanto outras se beneficiam com atos ilegais”, diz. A punição prevista no PL para os corruptores é pesada. Inclui multa no valor de até 30% do faturamento do último exercício fiscal da empresa, excluídos os tributos. Além disso, ela será declarada inidônea, terá que reparar integralmente o dano causado e será proibida de fazer novos negócios com órgãos públicos ou receber incentivos, empréstimos ou subvenções de instituições financeiras do poder público. A prática de ganhar tempo nos processos administrativos para adiar a decisão judicial também é prevista, pois eles terão um prazo de 180 dias, segundo Zarattini.

As empresas corruptoras de acordo com o projeto em discussão, também estarão sujeitas a processo penal cível e podem perder os bens, ter suas atividades suspensas e seus contratos com o setor público revogados. As punições podem chegar até a dissolução da sociedade, segundo o relator do PL. “O projeto introduz mecanismos internos de controle para criar uma cultura de combate à corrupção e um relacionamento ético com o setor público”, acrescenta Zarattini. Para que essas medidas ocorram, resta apenas que o Legislativo aprove o projeto, que já tramita há dois anos.

“O ETCO apoia iniciativas de combate à corrupção e fará uma avaliação deste projeto de lei para entender seus impactos”, diz o Presidente Executivo do ETCO Roberto Abdenur.

DIVULGAÇÃO

ATESTADO DE MÁ CONDUTA

Por Sandra Balbi

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas é um mecanismo da Controladoria Geral da União para reprimir a corrupção nas relações do setor privado com o público

A falta de leis que punam pessoas jurídicas pela corrupção nas relações com órgãos do Estado não impediu o avanço de medidas que buscam cercear práticas ilegais. A Controladoria Geral da União (CGU) criou o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), um banco de informações que consolida e divulga a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções dos órgãos e entidades da Administração Pública nas diversas esferas federativas. A iniciativa vem dando resultados: 2.367 empresas já foram declaradas inidôneas e 1.475 suspensas. Também 2.759 pessoas físicas foram impedidas de contratar e 155 suspensas, conforme revelou o ministro chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, durante o seminário "O impacto da Corrupção sobre o Desenvolvimento", organizado pelo ETCO e o jornal Valor Econômico. Segundo o ministro, de 2003 a julho deste ano, 3.255 funcionários públicos foram demitidos por corrupção. "O enfrentamento da corrupção tem sido feito por meio da articulação e cooperação entre os principais órgãos públicos, como o Ministério Público Federal, a Advocacia-Geral da União e a Polícia Federal", disse Hage.

Foram realizadas 44 operações em conjunto com a Polícia Federal. A atuação da CGU segue duas vertentes: a repressiva, com a aplicação de sanções, e a preventiva e indutora. A repressão a atos de corrupção envolveu 35 edições de fiscalização em 1.941 municípios - 34,88% do total do Brasil - e mais de R$ 16,2 bilhões de recursos públicos federais fiscalizados. A ação preventiva e indutora consiste no monitoramento dos gastos públicos (malha fina da despesa – detecção de situações atípicas) e no estímulo à adoção de boas práticas por parte das empresas. Hage afirma que, a partir de 2000, o Brasil passou a investir na transparência como uma política de Estado. "Esta é uma questão inscrita na criação da CGU", destaca. Em 2004 o Governo Federal criou o Portal da Transparência, e atualmente vem publicando no site todas as despesas realizadas até o dia anterior. "Esse esforço em aumentar a transparência nas contas públicas e o acesso à informação é reconhecido mundialmente", acrescenta. Tanto que o Brasil foi convidado pelos EUA para ser co-dirigente do projeto Governo Aberto, uma iniciativa do presidente Barack Obama. A ideia é tornar números e políticas públicas acessíveis aos cidadãos através de transparência e novas tecnologias. Apesar dos avanços, segundo Hage, ainda há pouca confiança nas instituições, embora a consciência do problema da corrupção entre a população tenha aumentado. A pesquisa Latin America Corruption Survey 2012 constatou que 88% dos entrevistados disseram conhecer empresas, indivíduos ou servidor público que esteja sendo processado por fazer ou receber um pagamento impróprio. Em 2008, esse percentual era de 36%. Mesmo mostrando-se otimista com as mudanças já ocorridas no campo das relações entre o setor público e o privado, o ministro Hage reconhece que ainda há muito por fazer, especialmente no campo jurídico.

"É preciso racionalizar as normas processuais, reduzindo os recursos e outras medidas protelatórias, superar os excessos 'garantistas' da jurisprudência dos Tribunais, aprovar Projetos de Lei importantes para o combate à corrupção, adotar o financiamento público exclusivo de campanhas e, principalmente, conscientizar os empresários de que jogar limpo é um bom negócio", declarou Hage.

Barradas pela CGU

Cadastro de empresas criado para impedir a corrupção nos negócios com o governo

A PLATEIA FALA

Confira as opiniões dos participantes do Seminário "O impacto da Corrupção sobre o Desenvolvimento"

"Um comentário muito interessante foi sobre o comprometimento individual, do cidadão, sua luta contra a corrupção é fundamental. Outro foi sobre a sensação de impunidade, esses são os dois pontos mais relevantes."
José Carlos Moreira Pacheco, Diretor da Corregedoria da Fiscalização Tributária (CORCAT), da Secretária da Fazenda de São Paulo

"O que me chamou atenção foram as políticas implementadas para combate, e também a mensuração dos dados da corrupção."
Andréa Strapasson, advogada do HSBC

FOTOS GUSTAVO LOURENÇÃO

"O ponto fundamental que foi colocado, é que se está criando e se desenvolvendo uma estrutura internacional que é a unificação da contabilidade empresarial da qual o Brasil faz parte, para que possamos fazer avaliações nas empresas, como também nas organizações corporativas. Dessa forma, as empresas poderão ter um padrão único de sustentabilidade. O segundo fator importante é a educação da sociedade, porque hoje só as pessoas que vivem em um município poderão acompanhar as obras que ali estarão sendo executadas. Se dermos esse ensinamento aos jovens, toda a sociedade exigirá o cumprimento da execução das obras. Uma das consequências desse processo foi a lei da ficha limpa que surgiu da pressão da sociedade."
Tirso Meirelles, Assessor da Presidência do SEBRAE

"Eu gostei de todos os palestrantes, principalmente do Josmar Verillo, pois foi muito franco e objetivo. Percebi que ele conhece muito bem as necessidades do nosso país. Somos brasileiros, e acredito que temos que ter essa transparência, esse cuidado. E ele pareceu-me uma pessoa atuante, objetiva."
Elisangela Bertoncini, advogada do Grupo Saint Gobain

"Eu destacaria terem trazido representantes tanto da OCDE quanto do Banco Mundial, ambos fundamentais. Porque ter o conhecimento das iniciativas das duas instituições que são muito importantes no plano nacional e internacional é fundamental. Fiquei impressionado ao saber o que elas têm feito tanto para identificar e mapear a corrupção, quanto para tentar resolver os problemas."
Rodrigo Brandão, Assistente de Estudos e Debates na Fundação iFHC

DIMINUI A INFORMALIDADE NO PAÍS

Por Sandra Balbi

O aumento do emprego formal, nos últimos anos, foi um dos principais responsáveis pela queda do Índice da Economia Subterrânea

FOTOS DIVULGAÇÃO

Desde que começou a ser analisado, em 2003, o Índice de Economia Subterrânea (IES) vem caindo. O índice é uma estimação do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) feita para o ETCO. Naquele ano circulavam na informalidade 21% do PIB do país, equivalentes a R$ 625,3 bilhões. Em 2011, o índice ficou em 16,8% do PIB e um valor estimado de R$ 695,7 bilhões. Sua menor marca em nove anos na comparação com o Produto Interno Bruto. “O encolhimento da economia subterrânea entre 2003 e 2011 é resultado da melhora do cenário econômico, do aumento do emprego com carteira assinada e da oferta de crédito, que estimulou muitas empresas informais a se modernizarem para terem acesso aos recursos disponibilizados pelo mercado financeiro”, diz o pesquisador do IBRE/FGV Fernando de Holanda Barbosa Filho, responsável pelo estudo.

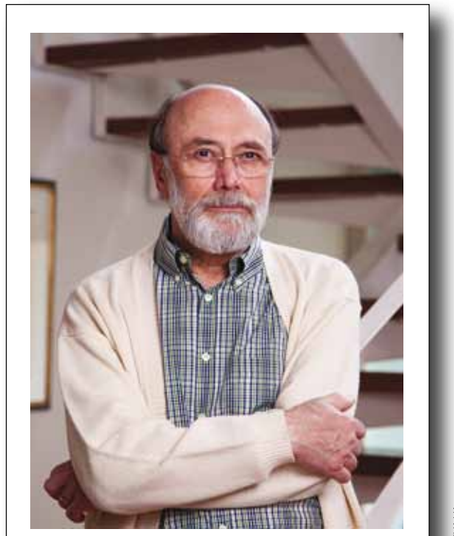
A relação entre crescimento econômico e queda da informalidade pode não ser a única explicação para o que está acontecendo no Brasil, como explica o pesquisador Barbosa Filho: “Não necessariamente quando cresce a economia formal, cai a informal. Em momentos de crescimento econômico a informalidade pode aumentar ou diminuir”, diz ele. Pode-se indicar outras causas para a queda da informalidade no Brasil, como o aumento do emprego com carteira assinada, um dos principais indicadores observado na medição do índice. Dados do Caged — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — publicados pelo Ministério do Trabalho mostram que em 2003 foram gerados 645.433 empregos com carteira assinada, em 2011 este número cresceu para 1.966.449 novos postos de trabalho formais. “Os empregadores passaram a contratar, pois o cenário econômico era positivo”, diz Barbosa Filho. Mesmo no cenário atual de uma economia com fraca expansão, o mercado de trabalho ainda está muito aquecido. As medidas de estímulo à formalização de empresas, como o Simples, o Super Simples e o Micro Empreendedor Individual (MEI), que tiraram muitas empresas de pequeno porte das sombras, é outra explicação possível para a diminuição da economia subterrânea no Brasil. Criado por meio da Lei Complementar 128/2008, o MEI foi lançado em 1º julho de 2009. O Sebrae calcula que há atualmente 2,5 milhões de empreendedores individuais. Na opinião de Barbosa Filho a tendência é do Índice de Economia Subterrânea se estabilizar nos próximos anos, pois a formalização do emprego – que acredita ser a principal responsável pelas seguidas quedas do índice - está perto do seu limite: “Todos os benefícios foram colhidos, o que poderia dar novo fôlego à economia e reduzir mais a informalidade seria a flexibilização do mercado de trabalho, com a consequente redução do desemprego para 4%. Mas como a taxa de desemprego está baixa, em 5,8%, é muito difícil obter adeptos para uma reforma trabalhista”, diz Barbosa Filho. A redução da economia informal vem ocorrendo também em outros países, segundo recente trabalho de Friedrich Schneider, professor de Economia na Johannes Kepler University of Linz, na Áustria, um estudioso do tema. Ele fez a estimação da economia informal de 31 países europeus ao longo de 2003 a 2012.

Na Áustria, por exemplo, a economia subterrânea correspondia a 10,8% do PIB em 2003, caindo para 7,6% em 2012. Na França era 14,7% do PIB e caiu para 10,8%; na Itália foi de 26,1% para 21,6%; na Alemanha foi de 17,1% para 13,3%. O índice médio de 27 países da União Europeia caiu de 22,3% em 2003 para 18,4% em 2012. Embora Schneider utilize metodologia diferente da usada no IBRE/FGV para estimar o tamanho da economia subterrânea em diferentes países, seus resultados apontam na mesma direção: a economia informal vem perdendo espaço, embora não demonstre ter ocorrido uma queda constante, como aconteceu no Brasil. Para o economista austríaco existe um paralelo entre a economia formal e a informal.

Ou seja, quando a economia formal vai bem, a subterrânea se retrai, as pessoas não têm incentivos para recorrer a informalidade. Já em momentos de crise, como a de 2008, ela volta a crescer, pois as pessoas procuram ganhar algum dinheiro extra no mercado informal, como explica Schneider. “Se olharmos primeiro para os resultados do tamanho médio da economia subterrânea dos 27 países da União Europeia, entenderemos que a economia paralela no ano de 2003 foi de 22,3% (do PIB oficial), diminuiu para 19,3% em 2008 e aumentou para 19,8% em 2009 e depois voltou a diminuir para 18,4% em 2012. Se compararmos a média dos 31 países europeus, em 2003 o tamanho médio foi de 22,4%, diminuiu para 19,4% em 2008, e aumentou para 19,9% em 2009 e voltou a cair para 18,5 em 2012”, diz Schneider.

Bolívar Lamounier*

UM PASSADO DE CORRUPÇÃO O BRASIL TEM. E O FUTURO, COMO SERÁ?



MARILIA LIA

Duas semanas atrás a revista alemã *Der Spiegel* estampou um artigo sobre o Brasil que transborda otimismo. Os autores, Erich Follath e Jens Gluesing, chegam mesmo a afirmar que o Brasil vem travando uma "rigorosa batalha contra a corrupção". Como exemplo de tal esforço, citam a "faxina" empreendida em 2011 por Dilma Rousseff, que levou à demissão de sete ministros. É certo que existem avanços. O papel do Ministério Público, atribuído pela Constituição de 1988, o impeachment de Fernando Collor e a atuação recente da Polícia Federal são indicativos importantes. Mas a sucessão de escândalos e a impunidade generalizada não deixam dúvida quanto ao exagero da avaliação de Follath e Gluesing.

Nós, brasileiros, raramente nos atrevemos a especular se, depois de período de 20 ou 30 anos, o Brasil teria mais, menos ou a mesma quantidade de corrupção. Será porque tememos ser arrastados para um pessimismo sem fim? Existe a esse respeito um interessante paradoxo. Quando resolvemos enfim pensar no assunto, ficamos também otimistas. Não precisamos mais que cinco minutos para vislumbrar um cenário positivo. Então, que tal um teste? Vamos lá: convido os leitores para um singelo exercício de imaginação.

> "Há um cenário intermediário. Podemos chamá-lo "drummondianamente" de "uma pedra no caminho"."

Suponha que acabamos de chegar a um ponto elevado em uma cordilheira. De onde nos encontramos é possível descortinar todo o relevo da corrupção à nossa volta. Olhamos para trás, depois para frente... e respiramos aliviados. A partir daqui e até onde a vista alcança, a viagem vai ser fácil. O futuro sorri para nós.

A curva descendente mostra que teremos menos corrupção de fato. O que fizemos para merecer tamanha graça? Ora, ora. Primeiro, a "rigorosa batalha" em que nos engajamos. Segundo, o estímulo que demos à competição em nossos mercados, não deixando margem para a busca de posições rentistas *(rent-seeking)*, carro-chefe de todos os corruptos. Terceiro, Deus sempre foi e continua sendo brasileiro. Eis aí, três fortes razões para o declínio da corrupção nas próximas duas ou três décadas.

Humm... Mas e se o cenário mais provável for morro acima e não essa descida que já estávamos comemorando? E se um melhor ajuste no binóculo revelar que não estamos no cume, mas sim no sopé da cordilheira. E pior ainda, no sopé de uma cordilheira cuja extensão e altitude máxima nós ignoramos completamente. Só sabemos que teremos pela frente uma íngreme escalada.

Mas por que isso? Os deuses resolveram nos punir pelos pecados do planeta inteiro? Não, não é disso que se trata. Trata-se da nossa história, uma fatura velha de 500 anos que agora teremos de pagar, sem choro. São as mazelas que deixamos acumular desde o período colonial, os males do nepotismo e do afilhadismo, o hábito de meter a mão em recursos públicos como se fossem privados, nosso horror ao mercado... E evidentemente nossa relutância, nossa incapacidade de liquidar de vez essa herança.

O leitor poderia perguntar: Morro abaixo ou morro acima, assim preto-no-branco, sem uma hipótese de compromisso? Calma, calma: há um cenário intermediário. Mas trata-se de uma variante relativamente benigna do "morro acima". Podemos chamá-lo "drummondianamente" de "uma pedra no caminho". Este terceiro cenário nos diz que a corrupção não diminui, mas aumenta durante um certo período, no transcurso do crescimento econômico, e diminui lá na frente, quando o país atinge um patamar relativamente elevado de renda e bem-estar, com um Estado impessoal e eficiente e mais competição nos mercados.

Ah, ia me esquecendo. Essas coisas são importantes, mas não bastam. Uma "rigorosa batalha" contra a corrupção também é imprescindível.

(*) Bolívar Lamounier
é cientista político e sócio-diretor
da Augurium Consultoria

MARISA CAUDURO

UMA APOSTA NO FUTURO

Por Mara Luquet

O livro "Corrupção, ética e economia", de André Franco Montoro Filho traz informações e análises que mostram os efeitos economicamente perversos da corrupção

"Do ponto de vista econômico, a corrupção não passa de um mecanismo de distribuição de renda". A frase saiu em tom professoral numa sala da Universidade de São Paulo (USP), ainda nos anos 1960. O professor, Antonio Delfim Netto, chocou um de seus alunos de tal forma que, passados 40 anos, ele ainda não a esqueceu. Porém, o então economista em formação, André Franco Montoro Filho, transformou este choque inicial numa inquietação, que, ao longo dessas décadas, o acompanhou servindo de combustível para as pesquisas e reflexões que passou a desenvolver. Essas reflexões, importantes para a economia brasileira, foram reunidas no livro "Corrupção, ética e economia", de Montoro Filho, lançado recentemente pela editora Campus/Elsevier.

"Mas o professor tinha razão. Focando exclusivamente aspectos econômicos e não considerações éticas ou morais, a corrupção, por si só, distribui renda, ainda que, quase certamente, não na direção socialmente desejada", diz Montoro Filho, em um dos mais de 30 artigos da coletânea. Ao longo da leitura, contudo, nos deparamos com análises que evidenciam que a ética nos negócios é indispensável para um crescimento econômico sadio e baseado na economia de mercado. Para o leitor tornam-se mais claros, então, os efeitos economicamente perversos da corrupção. Eles são causados por mudanças no comportamento de produtores e consumidores diante da perspectiva da corrupção, especialmente se estiver acompanhada pelo sentimento de impunidade. "Essa percepção e sensação estimulam comportamentos oportunistas, de quem quer se locupletar com atividades e procedimentos ilegais e antiéticos". O ambiente é atrativo para aventureiros e especuladores, especialistas em ganhar muito dinheiro através de variadas formas de falcatrua. "Mas desestimula empresários que orientem suas ações no sentido de crescer, ganhar mercado e lucros por meio de investimentos em máquinas e equipamentos, inovações tecnológicas, melhores práticas gerenciais e maior qualificação da mão de obra", observa o autor.

Se tornar-se paradigma, essa mentalidade pode levar a população a pensar que não compensa trabalhar honestamente, uma vez que na prática o caminho da fortuna seria indissociável da corrupção. Sendo assim, ela é radicalmente antagônica ao crescimento econômico, já que uma economia sem regras respeitadas está condenada ao fracasso e à estagnação. O motor do crescimento e da produção é o investimento, que, por sua vez, é uma aposta no futuro. O empresário investe recursos na expectativa de obter retorno. "Investir é um ato de coragem. Sem regras que garantam esse retorno, seria um ato de insanidade, e os investidores não são insanos. Nesse cenário, eles só investirão com expectativa de alto retorno em curtíssimo prazo", diz o autor. Montoro Filho deixa claro que esses investimentos de prazo tão curto não servem de alavanca para o crescimento que queremos. Em seu texto ele trata de problemas que se colocam como obstáculos nos caminhos do crescimento econômico: a falta de ética concorrencial, o papel do direito, os desvios da corrupção e a insatisfação com soluções meramente legislativas. São mecanismos perversos que minam o espírito empreendedor ao provocar a descrença nas instituições. Assim, inibem a força dos novos investimentos, vitais para o crescimento econômico, a geração de emprego e o aumento de renda — carros-chefe no desenvolvimento de uma nação. O alto grau de impunidade dos sonegadores no Brasil é, como diz o autor, um estímulo para o surgimento do desequilíbrio concorrencial no país. "São comuns histórias de empresas e empresários que não pagam impostos e outras obrigações legais. Eventualmente, eles são denunciados, autuados e processados, mas continuam produzindo e auferindo enorme vantagem financeira em relação às empresas que cumprem suas obrigações", diz Montoro Filho. O crescimento econômico precisa de um bom ambiente para os negócios, que é criado com boas regras e obediência a elas. Isto é necessário, mas não é suficiente.

É preciso estimular a adesão espontânea às regras de convivência e ao comportamento ético. Quanto maior for a parcela da população que, voluntariamente, aderir ao padrão ético de comportamento, menor será o volume de recursos a gastar para obrigar as pessoas a respeitar as leis ou, ainda, defender a sociedade dos atos lesivos de quem não age assim. Quanto se perde, em termos de PIB, por falta desse capital social do respeito às leis? A reunião desses artigos chega em boa hora. Afinal, o Brasil se depara com o urgente desafio de recolocar a economia na rota do crescimento sustentado.

Informações técnicas

Título: "Corrupção, Ética e Economia"
Autor: André Franco Montoro Filho
Editora: Campus/Elsevier.
Páginas: 168
Preço: R$ 45,00

André Franco Montoro Filho
é formado em Economia pela FEA/USP, e desenvolveu toda sua carreira universitária na Universidade de São Paulo, pela qual foi contratado em 1966, tendo obtido, por concurso público, o cargo de professor titular em 1983, depois de seu doutorado na Universidade de Yale (EUA). Foi vice-diretor da FEA/USP e presidente da FIPE. Exerceu importantes funções públicas e do terceiro setor ao mesmo tempo: membro do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros, presidente-executivo e membro do Conselho Consultivo do ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, presidente do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização e secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Marcos Vinicius Neder*

O RETORNO À TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS NO BRASIL E SEUS EFEITOS NOCIVOS SOBRE O INVESTIMENTO

"Sem a RTT a neutralidade tributária não existirá mais a partir do final do ano"

A introdução do padrão internacional de contabilidade no Brasil, nos termos dos International Financial Reporting Standards – IFRS trouxe uma significativa mudança na cultura empresarial do país. A contabilidade passou a ser direcionada prioritariamente aos investidores e ao mercado, rompendo com a tradicional influência das regras tributárias na prática do setor. Para assegurar a neutralidade entre as leis comercial e tributária foi editada, num primeiro momento, a Lei 11.941/09, que instituiu um regime fiscal denominado "Regime Tributário de Transição" (RTT). Segundo o RTT, os novos padrões contábeis não devem produzir efeitos tributários no Brasil. Os contribuintes devem adotar os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007 para declarar o Imposto de Renda.

Mas a Receita Federal tem sinalizado publicamente a extinção do RTT nos próximos dias. Isso significa que a neutralidade tributária não existirá mais a partir do final do ano, e as regras societárias poderão afetar a apuração do lucro tributável. As autoridades têm sustentado que, nos anos de vigência do RTT, a isenção concedida à distribuição de dividendos só teria sido aplicável ao lucro apurado segundo as regras fiscais, que poderia ser inferior ao lucro societário passível de distribuição aos acionistas. Por exemplo: se uma empresa teve R$ 100 milhões de lucro societário, mas apenas R$ 70 milhões de lucro fiscal, ela poderia distribuir os dividendos isentos de IR apenas até o limite de R$ 70 milhões. Sem adentrar na discussão jurídica que envolve essa interpretação fazendária, o fato é que a permanência dessa tributação de dividendos pode afetar de maneira significativa a capacidade de atrair investimentos para o Brasil, ainda mais se o governo busca estimular o crescimento econômico. Seria interessante que a nova lei expressamente definisse o alcance da isenção de dividendos, para que não haja dúvidas sobre sua aplicação. A globalização favorece a integração mundial, reduzindo a

(*) Marcos Vinicius Neder
é Sócio Tributário da Trench, Rossi e Watanabe Advogados

MARILIA LIA

capacidade dos países de manter barreiras regulatórias e políticas redistributivas nas operações internacionais. Cientes desse fenômeno, os investidores acompanham, com rapidez e precisão, as possíveis vantagens comparativas entre as diversas economias para maximizar seus lucros. Em economias abertas a mobilidade de capitais é a regra geral, e os investidores podem investir tanto no exterior como no mercado interno, transferindo suas aplicações para outras jurisdições quando é possível obter uma taxa de retorno maior.

A majoração da tributação sobre lucros e dividendos imposta pelos governos nem sempre é suportada passivamente pelos investidores, e eis que a margem de negociação das empresas sobre a redução do montante de recursos repatriados para as matrizes é diminuída. Se a taxa de retorno do investimento praticada em outros mercados é, por exemplo, de 10% em relação ao investimento, o aplicador resistirá em reduzir essa margem posteriormente à introdução de nova tributação, e a tendência é a empresa que necessita do investimento produtivo ter que assegurar a manutenção dos mesmos 10% de retorno mesmo após a tributação.

Dessa forma, na presença da mobilidade de capitais, o aumento da carga tributária sobre os lucros e dividendos pode provocar, em muitos casos, a fuga de capitais investidos no país e a redução dos níveis de emprego relacionados a esses investimentos. Outra consequência possível é que, para compensar o aumento na tributação, as empresas nacionais também podem reduzir a remuneração do trabalho. Ou seja, tributar mais acentuadamente o capital não causa necessariamente uma melhoria na distribuição de renda ou nos benefícios sociais, mas pode acarretar uma indesejável redução no nível de emprego e nos salários.

CARGA TRIBUTÁRIA INIBE CONSUMO E INVESTIMENTOS

População brasileira paga anualmente R$ 9 bilhões em impostos sobre remédios, uma das taxações mais altas do mundo

DIVULGAÇÃO

Cuidar da saúde custa caro para os brasileiros, e um dos principais fatores é a alta carga tributária que incide sobre os medicamentos. Cerca de 34% do preço pago pelo consumidor decorre de impostos. O Brasil é um dos três países do mundo onde o medicamento é mais tributado, estando muito acima da média mundial, que é de pouco mais de 6%. Em compensação, é um dos países que mais consomem remédios no mundo. Com um giro comercial anual de R$ 30 bilhões no mercado farmacêutico, a população paga R$ 9 bilhões por ano de impostos em remédios, quase o dobro dos R$ 5 bilhões que a União, os Estados e Municípios gastam, num mesmo período, com a aquisição de medicamentos.

Segundo Antônio Britto, Presidente Executivo da Interfarma, uma profusão de impostos sobrecarrega os remédios, desde o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços) — que já corresponde a 15% de toda a carga tributária —, ao IPI, ao PIS/COFINS, e a ferramenta NVE (Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatístico). Segundo a professora Cristina Amorim, economista pela USP e doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP, o mais grave é que "dadas as diferenças de alíquotas entre os estados da federação e outras particularidades, o tributo incidente pode oscilar de 0% a 19% de ICMS e até 12% de PIS/COFINS". Isto leva a uma guerra fiscal entre os estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, a alíquota de ICMS chega a 19%. "Além de estas alíquotas serem um roubo, há casos de distribuidoras sendo atraídas pelas menores alíquotas de alguns estados", destaca Britto. Cristina Amorim é autora, junto com o professor Eduardo Perillo, de um estudo recentemente realizado para a discussão do tema, e da apresentação do livro Tributos & Medicamentos, publicado pela Interfarma. "A magnitude dos tributos e a profusão de alíquotas são variáveis fundamentais para a discussão sobre a saúde dos brasileiros. A procura por serviços públicos de saúde é infinita, quanto maior e melhor a oferta, maior demanda. As políticas assistenciais são imprescindíveis, mas não bastam para ampliar o acesso da população aos serviços. É preciso destravar a produção e o consumo", diz Cristina Amorim.

As diferentes alíquotas sobre os produtos refletem as pressões que o governo sofre da sociedade e dos setores produtivos, ora reduzindo, ora aumentando, ao sabor das circunstâncias. Os produtos veterinários, por exemplo, são menos tributados que os medicamentos porque a pecuária sempre foi uma importante fonte de divisas para a economia brasileira. Os pecuaristas conseguiram condições melhores na barganha com o Estado. "Um dos fatores que demonstra o absurdo da tributação sobre medicamentos é que hoje pagamos mais impostos em remédios do que em biquínis, ursos de pelúcia e até em produtos veterinários", afirma Britto. Segundo ele, se o Brasil seguisse a tendência mundial, haveria uma redução pela metade da carga tributária atual, e com isso os medicamentos seriam no mínimo 15% mais baratos. Britto diz que quem ganharia com tal medida seria a população, responsável pela compra de 74% dos medicamentos comercializados, contra apenas 20% dos governos.

Cristina Amorim explica que os tributos sobre a produção são tomados como custos e tendem a aumentar os preços finais. No Brasil, parte dos preços de medicamentos é regulada pela União, assim, o Estado tem relativa capacidade de reduzir tributos sobre a produção, e garantir que haja redução de preços. "A incidência de tributos sobre medicamentos prejudica tanto o desenvolvimento do setor quanto a justiça social. Não é concebível uma sociedade desenvolvida sem que haja carga tributária significativa, mas a estrutura fiscal não pode ameaçar a galinha dos ovos de ouro, a produção de riquezas, o investimento e o consumo". O Presidente Executivo da Interfarma concorda, dizendo que se houvesse a diminuição dos impostos dos medicamentos, todos sairiam ganhando e a economia seria fortalecida. O ideal seria fazer como alguns países onde não existe taxação. O governo economizaria mais do que perderia, porque a ampliação do consumo de medicamentos em boa parte dos casos resulta na redução da hospitalização, da consulta médica, dos dias sem trabalho. "Não é por caridade que os outros países do mundo isentam o medicamento", afirma Britto. "É que a isenção, além de seu lado humano e social, ajuda a própria economia."

A função dos tributos é promover a justiça social. No Brasil, o modelo fiscal faz o contrário. Tributos sobre consumo são injustos, impõem a mesma alíquota para todo cidadão, qualquer que seja sua renda.

Tributos sobre a produção também inibem o investimento. A situação é particularmente perversa porque vem junto a outros três fatores: a elevada taxa de juros (apesar das reduções recentes), a guerra fiscal e a profusão de tributos, aponta a professora Cristina Amorim. A solução seria a reformulação e a redução dos tributos incidentes sobre os medicamentos, buscar um equilíbrio entre as alíquotas do país e reduzir o ICMS, assim proporcionando um maior desenvolvimento do setor, acesso aos remédios pelos cidadãos brasileiros e, consequentemente, a impulsão da economia do país.

No dia 20 de agosto, a Interfarma, em parceria com o jornal Valor Econômico, realizou o Seminário Tributos & Medicamentos para debater a questão da carga tributária que hoje incide sobre os medicamentos e que, além de dificultar o acesso aos remédios pela população, impede que mais investimentos sejam feitos no Brasil neste setor.

JOGUE LIMPO, O AMBIENTE AGRADECE

Logística reversa estimula o setor empresarial a buscar alternativas sustentáveis para seus produtos

Com mais de sete bilhões de pessoas no globo, cada dia fica mais necessário procurar novas e variadas formas de coexistência entre seus habitantes e os recursos naturais existentes, que são essenciais para a manutenção e a preservação do meio ambiente e da humanidade. Quanto maior a quantidade de pessoas, maior será, também, a quantidade de lixo produzido, provindos dos diversos materiais utilizados, seja na produção ou no consumo. Alguns dos potenciais agentes causadores desta poluição ambiental são encontrados em produtos, como plásticos, embalagens e óleos lubrificantes, derivados do petróleo. Pensando em contribuir com um mundo que se preocupa com a preservação ambiental, foi criado, em 2005, no Rio Grande do Sul, pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, (Sindicom), o programa Jogue Limpo, com um conceito de logística reversa em que os materiais, após o uso, fossem adequadamente recolhidos e reprocessados para nova utilização. Esta logística reversa define-se pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar o recebimento dos resíduos sólidos dos consumidores de forma direta ou através dos comerciantes, e a sua destinação final ambientalmente adequada pelo fabricante.

Após cinco anos, em 2 de Agosto de 2010, o Congresso Nacional aprovou a Lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e foi regulamentada pelo Decreto 7.404, determinando, dentre medidas visando a não geração, a obrigação de destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, por meio de reuso, reciclagem, recuperação ou demais formas de destinação. A legislação também determina os locais específicos para o encaminhamento desses resíduos. Essas responsabilidades são direcionadas aos fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes e aos consumidores.Todos são responsáveis pelo ciclo de vida do material, desde a fabricação, passando pela comercialização e o uso final e culminando na responsabilidade, sempre que possível, na sua reintrodução no ciclo produtivo através da reciclagem.

Nesse sentido no início de 2011 o Ministério do Meio Ambiente, convocou representantes de diversas cadeias produtivas visando à formação de Grupos de Trabalho Temáticos responsáveis pela discussão e elaboração de propostas de modelos de logística reversa que atendessem às disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos, através de acordos setoriais. Dentre as indústrias prioritárias selecionadas encontra-se a de lubrificantes. O Sindicom orgulha-se em representar integrantes da maior relevância desse setor produtivo que se destacou nesse processo por já ter apresentado uma solução de logística reversa de embalagens plásticas de óleos lubrificantes que deverá originar o primeiro acordo setorial a ser assinado entre a iniciativa privada e o poder público, atualmente em final de aprovação pelo MMA.

Esta iniciativa de inclusão tende a aumentar e ser seguida por diversas empresas que buscam alternativas sustentáveis. De acordo com o presidente executivo do Sindicom, Alisio Vaz, todas as empresas ligadas ao sindicato destinam corretamente as embalagens plásticas de óleos lubrificantes encaminhando-as para unidades de reciclagem devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, através do Programa Jogue Limpo que desde a sua implantação já foi responsável pela destinação de mais de 160 milhões de embalagens.

E a cada ano os números mostraram aumentos significativos. “Até o final de 2012, estima-se que a ampliação do total da coleta e da reciclagem será de 100% em relação ao volume do ano anterior”, acrescenta Vaz. “Se estas embalagens fossem colocadas uma ao lado da outra, seria possível dar a volta ao mundo”, afirma. Atualmente, a cobertura do programa engloba os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo, totalizando 1.281 municípios e 21.500 pontos de recebimento cadastrados. Minas Gerais e o Distrito Federal serão os próximos a implantarem o processo de reciclagem, ainda neste ano. A estimativa é de que até 2016 este número aumente para 13 estados e 4.106 municípios, o equivalente a 76% do território nacional. O Sindicom e suas associadas seguem empenhados em dar continuidade a essa iniciativa de sucesso na área de sustentabilidade que hoje já é uma referência como modelo de logística reversa.

FOTOS DIVULGAÇÃO

SISTEMA BRASILEIRO EVITA SONEGAÇÃO NO SETOR DE BEBIDAS FRIAS

Criado pela Receita Federal, o Sicobe envia informações em tempo real de cada item produzido nas fábricas e despertou interesse do governo americano

Uma delegação do órgão do Tesouro americano para o comércio e tributos de álcool e cigarro (Alcohol and Tobacco Tax and Trade Bureau) visitou, no dia 15 de agosto, a fábrica de bebidas da Ambev na cidade satélite de Gama, em Brasília, para conhecer o Sicobe (Sistema de Controle de Produção de Bebidas) da Receita Federal brasileira. A ferramenta, desenvolvida desde 2008, é um dos principais instrumentos do governo para combater a sonegação fiscal no setor.

O Sicobe permite à Receita Federal o acompanhamento, em tempo real, da fabricação de cada bebida (cerveja, refrigerante, água mineral, isotônico, etc.). O sistema envia ao órgão, diretamente das fábricas, informações sobre fabricante, marca, data de fabricação do produto, volume, embalagem, etc. Os resultados são expressivos: após sua implantação, a arrecadação de impostos federais, como IPI, PIS e COFINS, já aumentou 20% no setor de bebidas. O sucesso também despertou interesse de outros países. Delegações do Marrocos, México, Vietnã e Quênia também já estiveram no Brasil, na mesma fábrica, para conhecer o funcionamento do Sicobe.

"Estou impressionado com a facilidade do sistema. O mais interessante é verificar que o método funciona na prática e pode ser implementado em fábricas com diferentes portes", afirmou Dawit Bezabeh, chefe da divisão de serviços científicos do órgão do Tesouro americano para o comércio e tributos de álcool e cigarro. A sonegação fiscal é um dos fatores que mais comprometem o desenvolvimento de uma economia. Somente no ano passado, a Polícia Federal coordenou ações em 17 Estados e no Distrito Federal para recuperar aos cofres públicos R$ 1 bilhão em impostos desviados. As operações são importantes, pois fazem parte do esforço de fiscalização. Mas a prevenção também é fundamental para evitar que haja ainda mais sonegação.

O setor de bebidas é um mercado muito bem organizado, mas frequentemente sofre concorrência desleal por ser visado por alguns produtores ansiosos em obter vantagens competitivas pela via da sonegação de impostos. No segmento de destilados, por exemplo, uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que mais de 60% das vendas ocorrem na informalidade. Para impedir que isso aconteça também com as bebidas frias, a União adotou o Sicobe, e passou a rastrear todas as etapas da sua produção no país. "O Sicobe foi desenvolvido para controlar a produção de bebidas, evitando a sonegação de impostos no setor. Esse trabalho impacta diretamente o aumento da competitividade e acaba com a concorrência desleal", declara Marcelo Fisch, auditor-fiscal responsável pelo gerenciamento do Sicobe. Segundo ele, 265 fábricas já estão cobertas pelo sistema no país. A expectativa da Receita Federal, que já instalou o sistema em 50 indústrias brasileiras, é alcançar outras 10 até o final do ano.

Em outros setores da economia mecanismos semelhantes ao Sicobe também estão em prática. Na indústria de cigarros, por exemplo, existe o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios), ferramenta usada pela União para identificar o percurso do produto comercializado, a fim de interromper a cadeia de sonegação. Adotado em 2007, o Scorpios também permite controlar em tempo real o processo de produção e selagem dos cigarros. Fabricados pela Casa da Moeda, os selos contêm informações sobre fabricante, marca, data de fabricação e classe fiscal. No entanto, é na indústria de bebidas que o sistema tem mais força e tornou-se exemplo para outros países.

DIVULGAÇÃO

NORDESTE APRESENTA OS MAIORES ÍNDICES NA VENDA DE CIGARROS ILEGAIS

Região prevalece com 9,1 bilhões de cigarros contrabandeados ou produzidos ilegalmente, com Pernambuco e Bahia encabeçando a lista

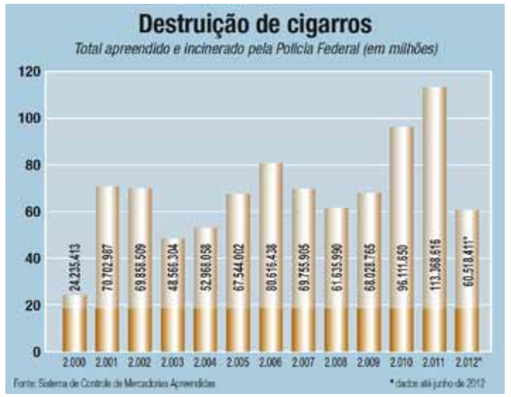
Contrabandeados e de péssima qualidade, mas com o preço mais barato. Esse é o cigarro ilegal disponível para o consumo, capaz de movimentar uma grande fatia do mercado nacional. Ele já representa 28% dos cigarros vendidos no país, causando uma perda de R$ 2 bilhões em impostos estaduais e federais. Na tentativa de minimizar os prejuízos, a Receita Federal vem realizando várias apreensões. No período de janeiro a setembro de 2011, foram destruídos R$ 88,2 milhões em cigarros ilegais. Desse total, R$ 39,7 milhões somente na região Nordeste, em que a comercialização da versão ilegal do produto é maior, alcançando até 65% dos varejos formais da região.

Bahia e Pernambuco são os líderes nesse repasse, representando 70% do volume da comercialização nacional do produto. Segundo o Presidente da Abrasel-PE (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Pernambuco), Núncio Natrielli, o contrabando de cigarros causa grandes prejuízos para o Estado. “Com ele, o estado deixa de arrecadar grandes montantes de impostos que poderiam ser utilizados em áreas como saúde, segurança e educação”, declara. Em outros estados do Nordeste os números também são expressivos. A Receita Federal do Ceará registrou, em 2012, uma apreensão de cerca de 210 mil maços, enquanto o Maranhão, no mesmo período, apreendeu um pouco mais que 1,5 milhão de maços de cigarro ilegal. O Brasil é o maior produtor mundial de cigarros e possui o segundo maior mercado clandestino do produto da América Latina. Uma das explicações para esses grandes índices são os baixos preços oferecidos, que seduzem os consumidores. Enquanto uma marca legalizada comercializa uma carteira de cigarros por, no mínimo, R$ 3,00, o contrabandeado é repassado por R$ 1,60, em média. Na tentativa de frear a comercialização do cigarro ilegal e coibir a evasão tributária que ocorre no setor, empresas do segmento se uniram na defesa da lei do Preço Mínimo, criada em agosto de 2011, que estabeleceu o tabelamento do preço da revenda do cigarro. Com a lei, a carteira de cigarros custa agora o valor mínimo de R$ 3,00. A nova lei, naturalmente, é valida em todo o território nacional.

Além do preço, o contrabando possui outras características que o distinguem do produto legal. Através de avaliações realizadas em mercadorias apreendidas pela Receita Federal, já foram detectadas a presença de fezes de rato, plástico e asa de insetos, entre outras substâncias misturadas ao fumo, muitas vezes acrescentadas para dar volume ao produto final, num processo completamente diferente do cigarro produzido em local adequado - processo que pode agravar os riscos e danos à saúde de quem o consome.

Lei do Preço Mínimo – Em vigor desde maio, a lei tem como objetivo principal tabelar o preço do cigarro, tirando dos ilegais seu principal atrativo: o preço baixo. Agora, todas as lojas que vendem o produto precisam repassar ao cliente o valor previsto na tabela, que tem o preço mínimo de R$ 3,00. O estabelecimento que comercializar cigarros abaixo desse valor corre o risco de perder o registro concedido pela Receita Federal, que permite a comercialização do produto, por descumprimento da lei. A expectativa é de que, com a nova lei, haja uma diminuição no consumo e comercialização dos produtos ilegais.

DIVULGAÇÃO

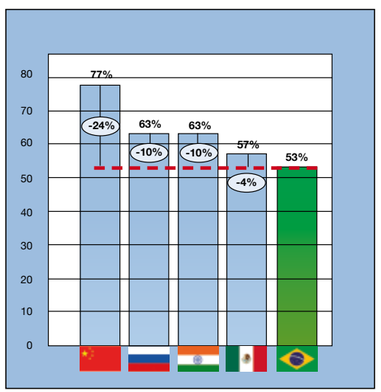


COMBATE À CONCORRÊNCIA DESLEAL

Leis americanas para coibir a concorrência desleal em TI podem alcançar infratores de outros países. O Brasil pode se beneficiar deste movimento e deve estimular o uso de softwares legais para ganhar espaço nesse mercado

Crescem as exigências de importadores americanos de TI

Índice de pirataria das principais nações emergentes

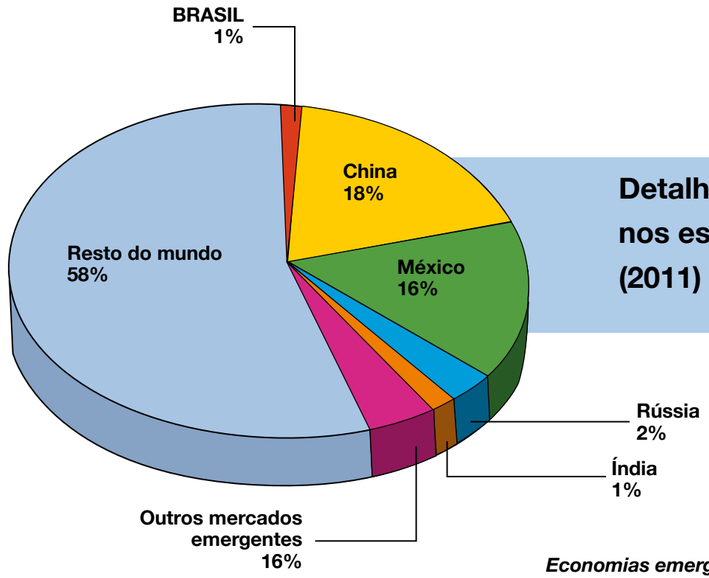


As atuais leis de concorrência desleal nos EUA podem penalizar empresas que utilizam software "pirata" ou não corretamente licenciado nos seus processos de produção e venda. Estas leis trarão implicações nos EUA, mesmo para empresas de outros países, quando evidenciada a ausência de licença válida na origem. A aplicação das normas gerais de combate à concorrência desleal para esta finalidade reflete o movimento iniciado em Estados como Washington e Louisiana, que chegaram a adotar leis específicas para coibir a concorrência desleal ocasionada pelo uso de tecnologia da informação (TI) ilegal. Estas normas têm o objetivo de garantir que os produtos negociados no mercado americano sejam fabricados com a TI licenciada. Conforme a sistemática da lei de Washington, por exemplo, caso um fabricante seja acusado de uso de software ilegal, terá 90 dias para provar que a sua TI está de acordo com as normas, caso contrário ações judiciais podem ser iniciadas. Se o fabricante for considerado culpado pelo uso de TI ilegal, pode sofrer penalidades monetárias ou até a proibição de vender seus produtos naquele estado. No Brasil, o direito autoral sobre software é definido pelas Leis nº 9.609/98 e nº 9.610/98. Em convergência com as regras adotadas por diversos países, a Lei brasileira classifica como crime de concorrência desleal o emprego de quaisquer meios fraudulentos para desviar clientela de concorrentes.

O Brasil pode obter grandes vantagens em novas oportunidades de negócios com os EUA no mercado de TI, por ser o país com a menor taxa de pirataria entre os países emergentes: 53%, enquanto a China chega a ter 77%, segundo Rodrigo Paiva, coordenador do grupo de defesa da propriedade intelectual da ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software). "Hoje cerca de 44% das importações dos EUA vem dos países emergentes, com o valor de US$ 405 bilhões, porém o Brasil representa somente 1% de bens manufaturados. Na prática, se o país ganhar 1%, em importações, isso já é significativo em relação ao nosso potencial de crescimento, gerando novas oportunidades, como o aumento de empregos", acrescenta Paiva. Um exemplo seria a oportunidade no setor automotivo, que utiliza muita tecnologia da informação embarcada. Apesar da competência do Brasil no setor, o País acaba enfrentando a concorrência dos outros países emergentes, como o México, que exporta US$ 15,768 bilhões, e a China, com US$ 1,893 bilhão, enquanto o Brasil fica em US$ 487 milhões. Porém, os dois os países com as maiores exportações também têm as taxas mais elevadas de softwares não legalizados.

Paiva argumenta que as empresas só têm motivos para se beneficiar com uma TI legalizada. Além de apresentar um diferencial no mercado em comparação àqueles que não usam TI licenciada, podem proteger seus negócios contra possíveis interrupções e aprimorar sua reputação global. Também afirma que o índice de pirataria no país vem decaindo ao longo do tempo. Em 1988 era de 91%, e caiu para 53% em 2011, o que em valores representa cerca de US$ 2,8 bilhões. O executivo afirma ainda que vários setores da indústria terão grandes oportunidades com a aplicação das regras de concorrência desleal em TI, como as indústrias automobilística, de tecnologia, têxtil, de produtos alimentícios, entre outras. Esses segmentos hoje são responsáveis por diversos empregos locais, e têm a possibilidade de ter um grande ganho competitivo no mercado internacional quanto maior for o percentual de legalidade em relação ao uso de TI. Em 2011, o Brasil exportou cerca de US$ 256 bilhões de dólares de bens manufaturados. Mais informações no website: www.exportelegal.com.br

O recrudescimento das leis que combatem a concorrência desleal em TI também acentua a necessidade de um controle efetivo da TI utilizada pelas empresas em suas operações, bem como por seus fornecedores. Um exemplo pioneiro de iniciativa voltada a melhor compreensão destes riscos na cadeia de fornecedores está nas ferramentas desenvolvidas pelo recém-criado Centro para o Empreendimento e Comércio Responsáveis (CREATe.org). As ferramentas permitem que empresas qualifiquem seus processos internos e compartilhem melhores práticas com outras empresas participantes.



Detalhamento das importações nos estados contemplados (2011) Total de U$ 931 bilhões

Fonte: Consultoria Keystone em parceria com a ABES(Associação Brasileira das Empresas de Software)

Economias emergentes, como a China, México, Rússia e Índia, forneceram US$ 405 bilhões em mercadorias aos estados contemplados em 2011

Marcílio Marques Moreira*

> *Aprendemos pela longa experiência a superar momentos difíceis, como os de agora*

GUSTAVO LOURENÇÃO

ESTADO VERSUS MERCADO: ESTÉRIL ANTAGONISMO

A recente crise econômica, cujo momento mais dramático completa quatro anos em setembro, se arrasta desde então, com altos e baixos, avanços e retrocessos, e reacendeu a controvérsia entre o papel do Estado e do mercado. Mais útil do que a estéril discussão dogmática sobre as virtudes e os vícios alegadamente inerentes quer ao Estado, quer ao mercado, seria acolher a lição de San Tiago (1), para quem não temos uma opção ideológica, ou doutrinária, a fazer entre iniciativa estatal e iniciativa privada. O que temos é de procurar, em cada caso, em cada ocorrência, qual dessas iniciativas nos permite obter níveis de adequação e eficiência, para, de maneira consequente, nos fixarmos na escolha.

Qualquer avaliação dessa natureza levará à conclusão de que, apesar dos inegáveis avanços institucionais por que passaram, tanto o setor público quanto o privado precisarão promover profundo processo de desburocratização, reforma e modernização, de modo a habilitá-los a atingir os níveis de eficiência para assegurar a dinamização de desenvolvimento econômico e social sustentável, e capacitar empresas privadas e instituições públicas a serem competitivas num mundo que promete ser muito mais competitivo e demandante de conhecimento e inovação.

O esforço de "aggiornamento" dos setores público e privado exigirá conceder à educação em todos os seus níveis prioridade máxima, e gerar um consenso superpartidário sobre uma visão clara e de longo prazo da obra a realizar. Não me refiro, é claro, à unanimidade, que Nelson Rodrigues nos ensinou ser burra, nem à planificação compulsória, projetos nacionais grandiosos ou agendas fechadas, instrumentos que ressabem a engenharia social de vezo autoritário que, graças a Deus, vêm sendo abandonados, tanto pela direita quanto pela esquerda. Manifestações exóticas como o neo-socialismo bolivariano, o conservadorismo do Tea Party ou o fundamentalismo radical muçulmano parecem ser pontos fora de curva. Indispensável é o abandono do curtoprazismo de políticos que não enxergam nada além da próxima eleição, de empresários obcecados com os balanços trimestrais, ou de cidadãos que se contentam com o consumo de hoje, para adotarmos nova mentalidade de longo prazo comprometida com o investimento fértil, a justiça intergeracional e o futuro do Brasil do amanhã.

1- Dantas, San Tiago. Idéias e rumos para a revolução brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, pág. 12.

(*) Marcílio Marques Moreira
é Presidente do Conselho Consultivo do ETCO

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET

www.etco.org.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, ETCO, é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) fundada em 2003 com o objetivo de identificar, discutir, propor e apoiar ações, práticas e projetos que resultem em uma melhoria concreta do ambiente de negócios no Brasil. Para isso, atua no sentido de influenciar os tomadores de decisão a adotarem medidas que visem reduzir a sonegação fiscal, o comércio ilegal e a informalidade, além de ações de simplificação do sistema tributário e de combate à corrupção e outros desvios de conduta. O instituto procura manter uma forte presença no meio empresarial e político brasileiro com o objetivo de criar mecanismos e ferramentas que fortaleçam a ética concorrencial. São três as estratégias de atuação: fomentar estudos sobre os fatores que incentivam esses desvios de conduta; propor e apoiar iniciativas, ações ou mudanças em textos legais e práticas administrativas; desenvolver e apoiar ações de conscientização da opinião pública sobre os efeitos sociais e econômicos maléficos e dos perigos dessas ilegalidades e da leniência social para com esses desvios de comportamento ético.

www.etco.org.br
+55 11 3078 1716
etco@etco.org.br
rua viradouro, nº 63 - 6º andar
são paulo - sp, cep 04538-110